



Boletim Mensal de Actividade Económica

Maio de 2007

Índice

Sumário

1. Conjuntura Internacional	3
2. Conjuntura Nacional	7
3. Dinâmica Sectorial	11

Em Análise

Emprego: Perspectiva regional	15
-------------------------------	----

Agenda

18

Anexo Estatístico (em Excel)

Sumário

- A OCDE reviu em alta em +0,5 p.p. o crescimento da Zona Euro para 2007, fixando a sua estimativa em 2,7%.
- A economia dos EUA, registou um abrandamento, tendo crescido apenas 0,6% em termos anualizados no 1º trimestre de 2007.
- A OCDE reviu em alta de 0,3 p.p. o crescimento da economia portuguesa para o ano de 2007 para 1,8% (*Economic Outlook*, Maio de 2007). Para 2008, estima um crescimento de 2,0%.
- Relativamente aos meses de Abril e Maio, os sinais apontam no sentido da sustentação da recuperação da actividade económica, com o Indicador de Sentimento Económico a registar em Maio o melhor nível dos últimos seis anos e o Indicador de Clima Económico a melhorar pelo quarto mês consecutivo, verificando o melhor nível desde Junho de 2002.
- No que respeita ao Consumo Privado, existem indícios de alguma recuperação ainda não totalmente consolidada, expressa pela melhoria do comportamento das Vendas de Veículos Ligeiros de Passageiros e pelo Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho, muito suportada por uma evolução favorável na componente não alimentar.
- O indicador de FBCF evoluiu favoravelmente no 1º trimestre de 2007, verificando-se uma melhoria dos indicadores de produção industrial, de actividade na construção, de vendas de cimento e dos níveis de confiança do sector.
- O indicador de confiança da indústria transformadora registou em Maio, a quinta melhoria consecutiva, situando-se no melhor nível desde Março de 2001.
- Verificou-se uma nova melhoria dos índices de produção industrial nas indústrias extractivas e nas transformadoras face aos valores do 1º trimestre. Destaca-se o bom comportamento dos sub-sectores de fabricação de material de transporte, fabricação de material eléctrico e de óptica, produtos de borracha e a consolidação da recuperação do sector da fabricação de outros produtos minerais não metálicos.
- No sector da Construção, as vendas de cimento, os indicadores de confiança e as perspectivas da actividade para os próximos 3 meses evoluíram de uma forma globalmente favorável no 1º trimestre de 2007, situação que se estendeu aos meses de Abril e Maio.
- No sector dos Serviços, no conjunto dos meses de Abril e Maio, registou-se uma melhoria assinalável dos indicadores de confiança face ao 1º trimestre.
- No sector do Comércio, o volume de vendas do comércio a retalho e o indicador de confiança do Eurostat apresentaram uma evolução favorável no conjunto dos meses de Abril e Maio relativamente ao 1º trimestre de 2007.
- Em Portugal, a taxa de emprego reduziu-se ligeiramente (-0,2% de variação homóloga no 1º trimestre) devido ao comportamento negativo do “efeito emprego” (-0,7%) apesar da variação positiva do “efeito participação” (+0,5%).
- A maior taxa de crescimento do emprego no primeiro trimestre de 2007, ocorreu na região Centro, devido ao crescimento de 4,53% do emprego na indústria. O sector da indústria, responsável por 7,4% do emprego em Portugal, foi o que mais contribuiu para o crescimento do emprego em Portugal (0,14%). Na região de Lisboa foram os serviços que mais contribuíram para o crescimento da taxa de emprego (0,23%).

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última actualização	Unidade	2005		2006				2007	2006		2007				
				IV TR 05	I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	
Indicador de Actividade Económica	INE	22-05-2007	M3M	1,4	1,2	0,6	0,6	0,6	1,0	0,8	0,6	0,9	0,9	1,0			
Indicador Coincidente	BP	18-05-2007	VH	0,3	0,4	0,8	1,2	1,5	1,7	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Indicador de Clima Económico	INE	04-06-2007	SRE/M3M	-0,2	-0,2	0,2	0,6	0,6	0,9	0,8	0,6	0,5	0,6	0,9	1,0	1,2	
Indicador Composito Avançado	OCDE	10-05-2007	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	-	-	5,7	6,0	5,9	6,1	5,3			
Indicador de FBCF	INE	22-05-2007	M3M	-2,7	-1,7	-5,3	-3,0	-4,8	-3,3	-3,4	-4,8	-5,3	-3,4	-3,3			
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	04-06-2007	VE/M3M	-41,0	-37,8	-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-31,0	-31,0	-31,3	-31,4	-33,2	-33,4	-33,0	
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora	INE	04-06-2007	VE/M3M	-8,2	-9,6	-9,2	-5,7	-6,1	-2,0	-5,4	-6,1	-5,1	-3,8	-2,0	-1,3	-1,1	
Indicador de Confiança na Construção	INE	04-06-2007	VE/M3M	-46,2	-46,0	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-47,8	-48,7	-46,7	-46,7	-43,8	-43,3	-41,0	
Indicador de Confiança no Comércio	INE	04-06-2007	VE/M3M	-10,3	-8,3	-9,5	-6,8	-6,3	-6,3	-6,0	-6,3	-8,2	-7,1	-6,3	-5,8	-6,1	
I. Confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	04-06-2007	VCS/M3M	-1,5	-2,3	1,7	4,5	7,2	6,6	7,1	7,2	7,2	6,3	6,6	8,7	9,4	
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	04-06-2007	VH, M3M	1,1	5,6	4,9	7,1	7,1	7,2	6,7	7,1	6,8	7,3	7,2	7,4		
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	30-05-2007	VH, M3M	1,4	1,6	1,0	4,9	3,4	3,7	3,7	3,4	3,3	3,2	3,7	2,6		
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	14-05-2007	VH, M3M	-0,8	-0,6	-0,7	2,9	0,2	3,8	0,9	0,2	0,7	1,6	3,8			
Índice de Produção Industrial - Total	INE	30-05-2007	VHVCS	2,2	1,1	2,2	3,6	4,2	4,2	6,0	2,3	5,6	5,1	1,9	2,4		
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	30-05-2007	VHVCS	1,2	1,7	1,5	3,5	2,5	4,6	4,2	0,1	4,9	5,6	3,2	5,8		
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	15-05-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	3,0	3,0	3,0	3,0	2,9	2,8		
Preços Consumidor (HPC) (Zona Euro 13)	Eurostat	16-05-2007	VM12	-	-	-	-	-	-	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	2,0		
Balança Bens e Serviços	BP	22-05-2007	VH	4,4	11,0	7,4	8,8	5,4	1,7	6,1	1,6	8,5	0,7	-3,2			
Importações: Bens	BP	22-05-2007	VH	6,4	17,7	9,8	8,9	4,1	2,9	7,5	-1,7	2,5	6,4	0,4			
Importações: Serviços	BP	22-05-2007	VH	4,8	12,2	12,9	13,5	13,2	11,1	14,0	9,4	15,5	12,8	6,0			
Exportações: Bens	BP	22-05-2007	VH	9,4	16,9	15,0	15,0	15,1	16,1	13,1	11,7	15,8	19,6	13,6			
Exportações: Serviços	BP	22-05-2007	VH														

Nota: ➤ Indica que houve alteração nos últimos oito dias.

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Última Actualização	Unidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2005			2006				2007
				II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07						
PIBpm	INE	09-03-2007	Milhões euros	129 308	135 434	138 582	144 274	149 021	155 289	37 149	37 437	37 888	37 922	38 668	39 003	39 697	
PIBpm	INE	09-03-2007	Milhões dólares	115 797	128 024	156 781	179 398	185 409	195 072	46 804	45 654	45 033	45 583	48 581	49 693	51 216	
PIBpm	INE	15-05-2007	VH Real	2,0	0,8	-0,7	1,3	0,5	1,3	0,5	0,5	1,0	1,1	0,9	1,6	1,7	2,1
PIBpm (Zona Euro 12)	Eurostat	01-06-2007	VH Real	1,9	0,9	0,8	1,8	1,5	2,8	1,3	1,7	1,8	2,2	2,9	2,8	3,3	3,0
Consumo Privado	INE	09-03-2007	VH Real	1,3	1,3	-0,1	2,5	2,2	1,1	3,2	1,2	1,3	1,1	0,3	1,7	1,2	
Consumo Público	INE	09-03-2007	VH Real	3,3	2,6	0,2	2,5	2,3	-0,3	2,7	2,1	1,3	0,5	-0,1	-0,7	-1,0	
Investimento (FBCF)	INE	09-03-2007	VH Real	1,0	-3,5	-7,4	1,2	-3,2	-1,6	-2,3	-4,4	-3,5	-1,1	-1,1	-1,8	-2,6	
FBCF sem construção	INE	09-03-2007	VH Real	-1,5	-3,7	-4,9	3,8	-1,7	2,8	-0,7	-2,0	-2,6	0,6	5,5	3,7	1,4	
Exportações Bens e Serviços	INE	09-03-2007	Milhões euros	37 360	37 880	38 790	41 025	42 500	48 300	10 531	10 796	10 921	11 540	11 922	12 333	12 504	
Exportações Bens e Serviços	INE	09-03-2007	Milhões dólares	33 463	35 813	43 866	51 004	52 856	60 696	13 267	13 166	12 980	13 871	14 978	15 714	16 133	
Exportações Bens e Serviços	INE	09-03-2007	VH Real	1,8	1,5	3,9	4,4	1,1	8,8	0,4	2,6	2,6	8,1	7,4	8,9	10,7	
Importações Bens e Serviços	INE	09-03-2007	VH Real	0,9	-0,7	-0,8	6,6	1,9	4,3	3,2	0,8	-0,6	5,0	2,4	5,3	4,7	
Balança Corrente / PIB pm (fim de período)	BP/INE	09-03-2007	% PIB	-9,9	-8,1	-6,1	-7,7	-9,7	-9,4	-10,5	-9,4	-9,7	-11,0	-10,7	-9,5	-9,4	
Stock IDE / PIB pm (fim de período) (2)	BP/INE	26-03-2007	% PIB	31,6	31,4	35,5	35,2	37,3	41,8	36,9	37,5	37,3	38,4	39,4	40,7	41,8	
Saldo Primário / PIB pm - Subsector Estado (3)	DGO/INE	15-03-2007	% PIB	-0,5	-0,8	-0,6	-3,8	-3,5	-1,9	-1,2	-2,9	-3,5	-1,9	-1,4	-1,1	-1,9	
Saldo total - SPA (4)	DGO/INE	28-03-2007	% PIB	-4,3	-4,2	-2,9	-3,3	-6,0	-3,9								
Custo Real Unitário de Trabalho (1)	AMECO	08-05-2007	2000 = 100	101,5	101,3	101,4	100,0	99,6	98,6	-	-	-	-	-	-	-	
Custo Nominal Unitário de Trabalho Relativo à UE 15	AMECO	08-05-2007	2000 = 100	102,5	104,0	104,9	105,2	106,1	106,9	-	-	-	-	-	-	-	
Emprego Total	INE	17-05-2007	Milhar	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123	5 159	5 132	5 130	5 134	5 127	5 181	5 187	5 143	5 136
População desempregada	INE	17-05-2007	Milhar	1,8	0,5	-0,4	0,1	0,0	0,7	0,1	0,1	0,0	0,6	1,0	1,1	0,2	0,2
Taxa de desemprego - Portugal	INE	17-05-2007	(%)	214	271	342	365	422	428	399	430	447	430	406	417	459	470
Norte	INE	17-05-2007	(%)	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6	7,7	7,2	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4
Centro	INE	17-05-2007	(%)	3,7	4,9	6,8	7,7	8,8	8,9	8,7	8,8	9,0	8,9	8,4	8,5	9,7	9,5
Lisboa	INE	17-05-2007	(%)	2,5	3,0	3,6	4,3	5,2	5,5	4,5	5,4	6,0	5,5	5,1	5,5	5,8	6,7
Alentejo	INE	17-05-2007	(%)	5,3	6,5	8,1	7,6	8,6	8,5	8,0	9,0	9,0	8,5	8,1	8,4	8,9	8,8
Algarve	INE	17-05-2007	(%)	5,9	6,6	8,2	8,8	9,1	9,2	8,5	9,4	9,4	9,8	8,9	8,7	9,3	9,5
R.A. Açores	INE	17-05-2007	(%)	3,8	5,3	6,1	5,5	6,2	5,5	6,3	5,3	5,9	5,9	5,0	5,1	6,1	6,9
R.A. Madeira	INE	17-05-2007	(%)	2,3	2,5	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	4,2	4,4	4,2	3,8	3,3	4,0	4,7
	INE	17-05-2007	(%)	2,5	2,5	3,4	3,0	4,5	5,4	3,9	4,4	5,1	4,6	5,0	6,1	5,8	6,9
VAB - Total preços constantes	INE	09-03-2007	Milhões euros	109 133	109 954	109 503	111 006	110 993	112 319								
Agricultura, Silvicultura e Pescas	INE	09-03-2007	VH Real	2,4	0,8	-0,4	1,4	0,0	1,2	0,0	-0,3	0,4	1,0	0,7	1,5	1,5	
Indústria, Electricidade, Gás e Água	INE	09-03-2007	VH Real	-3,2	2,4	-2,3	1,1	-8,1	7,9	-10,1	-9,4	-5,2	2,9	8,3	10,8	9,8	
Construção	INE	09-03-2007	VH Real	1,8	-0,5	0,2	0,8	-1,3	1,8	-1,1	-1,2	0,6	2,2	0,2	2,2	2,5	
Comércio, Restauração e Hóteis	INE	09-03-2007	VH Real	2,8	-4,0	-8,7	-0,8	-3,7	-5,3	-2,9	-5,5	-3,3	-2,2	-6,7	-6,4	-5,8	
Transp. e Comunicações, Activ. Financeiras, Outros Serviços	INE	09-03-2007	VH Real	0,8	-1,1	-2,4	1,8	1,8	1,7	2,1	1,4	1,3	0,7	1,5	2,5	2,1	
	INE	09-03-2007	VH Real	3,6	2,5	1,3	1,7	0,9	1,2	0,8	0,8	0,8	1,0	1,2	1,3	1,3	

(1) Portugal

(2) Valor do PIB considerado = Soma móvel 4 trimestres

(3) fim de período

(4) Excl. efeitos das medidas temporárias

'Exportações' de mercadorias - (peso no total e t.v.h)						
	2002	2003	2004	2005	2006	últimos 12m até Fev 07
UE-25	81,3	81,0	80,9	80,0	77,5	77,1
t.v.h.	1,9	2,1	6,1	1,7	8,8	10,4
Espanha	20,9	23,8	25,8	27,0	27,4	27,2
t.v.h.	10,3	16,5	15,4	7,5	14,0	13,5
Terceiros	18,7	19,0	19,1	20,2	22,8	22,9
t.v.h.	1,3	4,4	7,1	8,6	26,8	25,8

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE

Taxa de Cobertura (%)					
	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Fev 07
	64,5	67,3	64,1	62,5	66,0

Taxas de variação homóloga em valor das 'exportações' por agrupamentos de produtos							
	Estr. 06	02/01	03/02	04/03	05/04	06/05	últimos 12m até Fev 07
Máquinas	19,8	3,5	2,6	2,2	1,3	19,1	21,4
Material de Transporte	13,2	-2,9	4,9	6,1	-5,9	6,1	13,6
Vestuário e Calçado	11,0	-4,8	-2,5	-4,6	-8,2	-2,3	-1,1
Químicos	10,3	10,2	11,2	15,0	14,0	10,8	9,9
Minérios e Metais							

1. Conjuntura Internacional

A Comissão Europeia (CE) prevê um ligeiro abrandamento do ritmo de crescimento mundial em 2007 face a 2006. No entanto, nas suas últimas previsões (Maio 07) reviu em alta de 0,2 p.p. a estimativa de crescimento para a economia mundial em 2007, apontando para 4,8% (Quadro 1.1). Para 2008, esta instituição estima um crescimento de 4,8% (+0,1 p.p. do que nas previsões anteriores). A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) estima um crescimento real de 7,5% para o comércio mundial de bens e serviços em 2007, embora em desaceleração face a 2006. Para 2008 estima uma nova recuperação do comércio mundial para 8,3% (Quadro 1.2).

Quadro 1.1
Previsões de Crescimento da Economia Mundial

Taxa de Crescimento Real do PIB em %

	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
MUNDO	5,4	-	5,2	4,9	-	4,8	4,9	-	4,8
OCDE	-	3,2	-	-	2,7	-	-	2,7	-
ZONA EURO	2,6	2,8	2,7	2,3	2,7	2,6	2,3	2,3	2,5
ESPAÑA	3,9	3,9	3,9	3,6	3,6	3,7	3,4	2,7	3,4
ALEMANHA	2,7	3,0	2,7	1,8	2,9	2,5	1,9	2,2	2,4
R. UNIDO	2,7	2,8	2,8	2,9	2,7	2,8	2,7	2,5	2,5
EUA	3,3	3,3	3,3	2,2	2,1	2,2	2,8	2,5	2,7
CHINA	10,7	10,6	10,7	10,0	10,3	10,5	9,5	10,7	10,4
JAPÃO	2,2	2,2	2,2	2,3	2,4	2,3	1,9	2,1	2,1

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº81, Maio de 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

Quadro 1.2
Comércio Mundial

	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
- Crescimento real do Com. Mundial (%)									
Imp.+ Exp.de bens e serviços	9,2	9,6	..	7,0	7,5	..	7,4	8,3	..
Imp. de bens e serviços *	7,4	7,3	8,7	4,7	4,2	7,4	5,7	5,9	7,3
Exp. de bens e serviços *	8,4	8,9	8,9	5,5	6,0	7,7	5,8	7,1	7,3
Imp.+ Exp.de bens	9,5	7,2	7,7
Imp. de bens *	7,8	..	9,2	4,9	..	7,7	5,8	..	7,6
Exp. de bens *	8,9	5,3	6,0
- Exportações Mundiais em valor (bilhões de US dólares)									
Bens e serviços	14,717	16,139	17,456
Bens	11,920	13,052	14,137

* FMI - economias avançadas; OCDE - países membros

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook Nº 81, Maio de 2007; CE-Com. Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2007

De acordo com a estimativa preliminar do *Bureau of Economic Analysis* do Departamento de Comércio, a actividade económica nos EUA no 1º trimestre de 2007, desacelerou, crescendo apenas 0,6% em termos anualizados, após ter crescido 2,5% no 4º trimestre de 2006. Face à estimativa anterior representa uma revisão em baixa de 0,7 p.p, reflectindo um forte abrandamento nos *stocks* de investimento privado e uma subida das importações, relativamente ao previsto. A OCDE (em Maio 2007) reviu em baixa de 0,3 p.p. a estimativa de crescimento para a economia norte-americana em 2007, situando a previsão em 2,1%, em resultado de uma quebra do investimento residencial superior à estimada anteriormente (Quadro 1.3).

Quadro 1.3
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas dos EUA

EUA	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	3,3	3,3	3,3	2,2	2,1	2,2	2,8	2,5	2,7
-Consumo privado	3,2	3,2	3,2	2,9	3,1	2,9	2,7	2,4	2,0
-Consumo Público	1,6	1,6	1,7	2,2	2,5	2,4	1,9	2,5	2,0
-FBCF	3,1	3,1	3,6	-2,1	-2,9	-1,2	3,0	1,8	4,5
-Exportações Bens e Serviços	8,9	8,9	9,0	8,0	5,6	7,0	7,0	7,1	7,2
-Importações Bens e Serviços	5,8	5,8	5,8	2,9	2,0	3,2	5,0	4,7	5,1
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-	0,0	0,0	0,4	0,3	0,3	-	0,0	0,0
IPC (t.v.)	3,2	3,2	3,2	1,9	2,6	2,3	2,5	2,6	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	4,6	4,6	4,6	4,8	4,6	4,7	5,0	4,8	5,0
Saldo Global do SPA (% PIB)	-2,6	-2,3	-2,3	-2,5	-2,7	-2,6	-2,5	-2,9	-2,9
Balança Corrente (% PIB)	-6,5	-6,5	-6,1	-6,1	-6,1	-5,8	-6,0	-6,2	-6,0
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	5,2	5,2	5,2	5,3 ^(Fev 07)	5,3	..	-	5,0	..

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N° 81, Maio de 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

Relativamente à **Zona Euro**, de acordo com as últimas projecções do Eurostat (Junho de 2007) no 1º trimestre de 2007 o crescimento do PIB desacelerou para os 3% (3,3% no 4º trimestre de 2006). Ainda de acordo com estas projecções o intervalo de crescimento em cadeia para os 2º e 3º trimestres de 2007, situa-se entre 0,4% e 0,8%. Para o 4º trimestre, o intervalo de crescimento em cadeia previsto situa-se entre 0,2% e 0,8%.

O último *Economic Outlook* da OCDE reviu em alta de +0,5 p.p. o crescimento da Zona Euro para 2007, fixando a sua estimativa em 2,7% (Quadro 1.4). Para 2008, a OCDE estima uma taxa de crescimento de 2,3%. De acordo com esta instituição será sobretudo a procura interna, nomeadamente o consumo, o responsável por este crescimento.

Quadro 1.4
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Zona Euro

Zona Euro	2006			2007			2008		
	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abril-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,6	2,8	2,7	2,3	2,7	2,6	2,3	2,3	2,5
-Consumo privado	1,9	1,9	1,8	1,7	2,0	2,1	2,0	2,3	2,4
-Consumo Público	2,1	2,1	2,1	1,4	1,8	1,8	1,6	1,6	1,8
-FBCF	4,5	5,1	4,7	4,1	4,3	4,4	3,6	3,0	3,6
-Exportações Bens e Serviços	8,2	-	8,2	5,7	-	6,7	5,3	-	6,0
-Importações Bens e Serviços	7,6	-	7,7	5,6	-	6,7	5,5	-	6,2
Contributo procura externa líquida p/ PIB	0,4	0,3	0,3	0,1	0,3	0,1	-	0,0	0,0
IHPC (t.v.)	2,2	2,2	2,2	2,0	1,8	1,9	2,0	2,0	1,9
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,7	7,8	7,9	7,3	7,1	7,3	7,1	6,7	6,9
Saldo Global do SPA (% PIB)	-1,6	-1,6	-1,6	-1,2	-1,0	-1,0	-1,1	-0,7	-0,8
Balança Corrente (% PIB)	-0,3	0,1	0,0	-0,3	0,4	0,2	-0,4	0,4	0,1
Taxa de Juro de curto prazo (3 meses)	3,5	3,1	3,1	3,5 ^(Fev 07)	4,1	-	-	4,3	-

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

De acordo com as projecções mais recentes do Eurostat (Junho 2007) a **economia alemã** cresceu a uma taxa de 3,6% no 1º trimestre de 2007. A OCDE, nas suas previsões mais recentes, estima um crescimento do PIB da Alemanha de 2,9% em 2007, o que se traduz em mais 1,1 p.p. relativamente às previsões anteriores de Novembro de 2006 (Quadro 1.5). De acordo com a OCDE o investimento, reflectindo a retoma no sector da construção, continuará a contribuir significativamente para o crescimento do PIB em 2007. Para 2008, esta instituição estima um abrandamento (2,2%), no qual o consumo privado se assume como principal impulsionador do crescimento.

As mais recentes estimativas de algumas instituições alemãs apontam para um crescimento económico de 2,4% em 2007 e 2008, o que representa uma revisão em alta de 1 ponto percentual face às previsões anteriores. De acordo com aquelas Instituições, a retoma continua suficientemente robusta para absorver os efeitos negativos da subida do IVA ocorrida em Janeiro deste ano.

Quadro 1.5
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas da Alemanha

ALEMANHA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07
Crescimento real em %:									
PIB	2,7	3,0	2,7	1,8	2,9	2,5	1,9	2,2	2,4
-Consumo privado	0,8	1,0	0,8	0,4	0,9	1,0	1,3	1,7	2,3
-Consumo Público	1,8	1,8	1,8	0,5	1,3	1,0	1,1	1,8	0,9
-FBCF	5,6	6,4	5,6	4,7	4,9	4,9	4,1	2,7	3,7
-Exportações Bens e Serviços	12,5	12,9	12,5	6,2	9,4	8,7	4,7	7,2	7,1
-Importações Bens e serviços	11,1	11,5	11,1	5,7	7,7	8,5	5,0	7,5	7,6
Contributo procura externa líquida p/ PIB	1,1	1,2	1,1	0,6	1,2	0,5	0,2	0,4	0,2
IHPC (t.v.)	1,8	1,8	1,8	2,0	1,8	1,9	1,6	1,7	1,7
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,1	8,1	8,4	7,8	6,9	7,3	7,6	6,3	7,5
Saldo Global do SPA (%PIB)	-1,7	-1,7	-1,7	-1,3	-0,7	-0,6	-1,3	-0,4	-0,3
Balança Corrente (% PIB)	5,1	5,1	4,7	5,3	6,7	5,6	5,2	7,0	5,7

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

O Eurostat (Junho 2007) estima que o PIB de **Espanha** tenha crescido a uma taxa de 4,1% no 1º trimestre de 2007. As últimas Previsões da OCDE reviram em alta de +0,3 p.p. o crescimento da economia espanhola em 2007, apontando para uma taxa de crescimento do PIB de 3,6% (Quadro 1.6). De acordo com estas previsões, em 2007 a actividade económica em Espanha deverá continuar a basear-se na procura interna. Para 2008, a OCDE estima um crescimento de 2,7%.

Quadro 1.6
Principais Indicadores e Previsões Macroeconómicas de Espanha

ESPAÑA	2006			2007			2008		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07	Abril-07	Mai-07	Mai-07
Crescimento real em %:									
PIB	3,9	3,9	3,9	3,6	3,6	3,7	3,4	2,7	3,4
-Consumo privado	3,7	3,7	3,7	3,3	3,6	3,5	3,2	2,8	3,3
-Consumo Público	4,4	4,4	4,4	4,0	5,5	4,6	3,8	3,9	4,8
-FBCF	6,3	6,3	6,3	5,6	4,8	6,0	4,8	2,7	5,0
-Exportações Bens e Serviços	6,2	6,2	6,2	6,2	6,3	5,8	6,2	6,3	5,4
-Importações Bens e serviços	8,4	8,4	8,4	7,3	7,9	7,6	6,9	6,5	7,0
Contributo procura externa líquida p/ PIB	-1,0	-1,0	-1,0	-0,8	-0,9	-0,9	-0,6	-0,5	-0,9
IHPC (t.v.)	3,6	3,6	3,6	2,6	2,5	2,4	2,7	2,7	2,6
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	8,5	8,5	8,6	7,8	8,2	8,1	7,7	8,1	7,8
Saldo Global do SPA (%PIB)	1,8	1,8	1,8	1,3	1,5	1,4	1,1	1,5	1,2
Balança Corrente (% PIB)	-8,8	-8,7	-8,5	-9,4	-10,1	-9,1	-9,8	-10,5	-9,7

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2007; OCDE, Economic Outlook N°81, Maio de 2007
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2007".

Em Maio, o preço do **petróleo** acentuou a trajectória ascendente do mês anterior, tendo a cotação média do *brent* atingido 67,6 dólares por barril. Para esta situação contribuiu principalmente a redução das reservas de produtos petrolíferos nos EUA. No Mercado de Futuros, o preço médio do barril de petróleo ultrapassou os 70 dólares para contratos com entrega entre Julho e Dezembro de 2007. Para Janeiro de 2008, o preço médio do crude contratado rondou os 72 dólares por barril.

Em Abril de 2007, o preço de importação de petróleo em euros baixou face ao período homólogo do ano anterior (-7,1%). (Quadro 1.7) Essa evolução reflectiu uma ligeira subida do preço das ramas descarregadas medido em dólares (0,5%) e um efeito cambial favorável (-7,5%). Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Abril de 2007, em cerca de 50% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979 (Figura 1.1).

Quadro 1.7

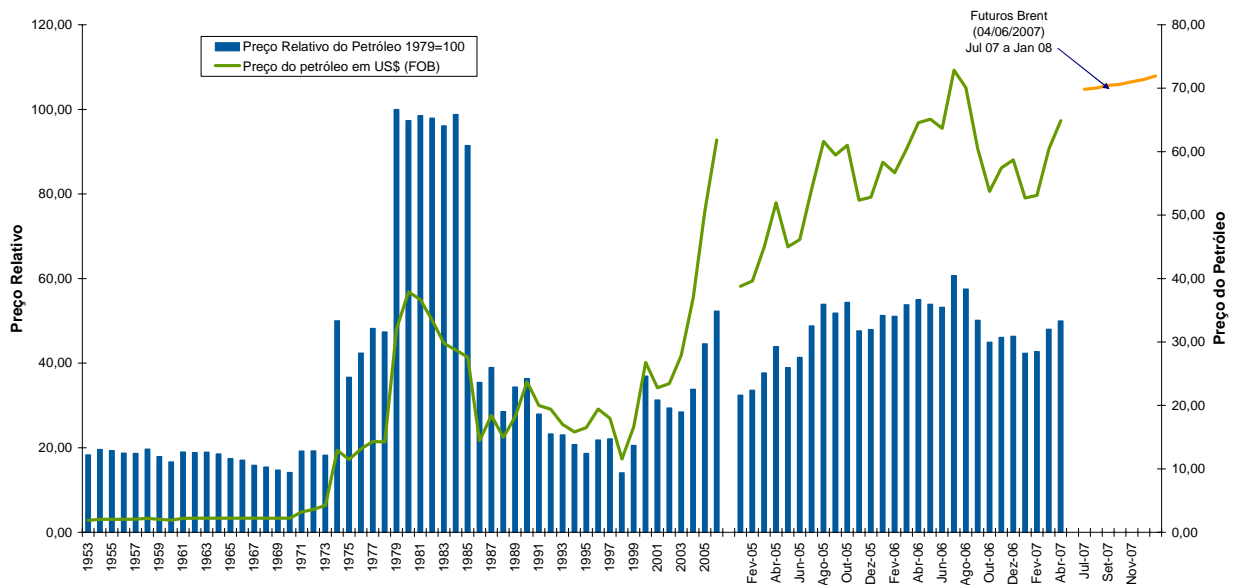
Evolução do Preço Relativo de Importação do Petróleo

	Unidade	2005	2006	2006				2006				2007						
				I TR 06	II TR 06	III TR 06	IV TR 06	I TR 07	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
(a) Preço de importação do petróleo (USD)	VH	37,1	22,1	42,2	35,1	16,0	2,2	-5,2	34,4	13,7	1,7	-11,9	9,7	11,1	-9,6	-6,4	0,1	0,5
(b) Efeito Cambial	VH	-1,2	-1,2	8,7	-0,4	-3,7	-7,9	-7,6	-4,8	-3,7	-2,5	-3,6	-9,4	-10,6	-6,1	-8,3	-8,4	-7,5
(c) Preço de importação do petróleo (EUR)	VH	35,5	20,6	54,6	34,5	11,8	-5,9	-12,5	27,9	9,5	-0,8	-15,1	-0,6	-0,6	-15,1	-14,2	-8,4	-7,1
(d) Deflator do PIB ¹	VH	2,8	2,8	2,7	3,2	2,7	1,7	2,7	2,8	2,7	2,5	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,3
(e) Preço relativo do petróleo ²	VH	31,8	17,3	50,5	30,4	8,8	-7,4	-14,8	24,4	6,7	-3,3	-17,3	-3,2	-3,2	-17,4	-16,4	-10,8	-9,1
Por memória:																		
(f) Preço de importação do petróleo (f.o.b) ³	USD	50,7	61,8	58,5	64,5	67,8	56,6	55,4	72,8	70,1	60,5	53,7	57,4	58,7	52,7	53,1	60,4	64,9
(g) Cotações internacionais do petróleo	USD	53,4	64,4	61,0	68,3	69,4	59,0	57,0	72,5	73,6	62,0	58,0	58,1	61,0	53,4	57,6	60,1	65,1
(f/g) Preço importação/Cotações internacionais	rácio (%)	95,0	96,0	95,8	94,4	97,7	95,9	97,2	100,4	95,2	97,5	92,7	98,9	96,3	98,7	92,2	100,6	99,7

(1) Cálculo do GEE. Sempre que não haja deflator utiliza-se o último deflator conhecido.
 (2) Cálculo do GEE. O preço relativo do petróleo é o rácio entre o preço do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal.
 A contabilidade (c) = (a) + (b); (e) = (c) - (d) não se verifica exactamente pois a decomposição das taxas de crescimento não é aditiva.
 (3) Cálculo do GEE com base em dados da Galp Energia, relativos às importações mensais de ramas de petróleo bruto.
 Fontes: Cotações Internacionais - IMF (Primary Commodity Prices) - média simples dos preços U.K. Brent, Dubai e West Texas Intermediate;
 Preços de Importação - Galp Energia; Taxa de Câmbio - Galp Energia; Deflator do PIB - INE, Contas Nacionais.

Figura 1.1

Evolução do Preço Relativo do Petróleo



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$); INE (deflator do PIB - Contas Nacionais); Banco de Portugal (taxa de câmbio).
 O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

A OCDE no seu mais recente *Economic Outlook* (Maio de 2007) reviu em alta de 0,3 p.p., para 1,8%, o crescimento da economia portuguesa para o ano de 2007. Para 2008, estima um crescimento de 2,0%.

As **Contas Nacionais** publicadas pelo INE relativas ao ano de 2006 confirmam o cenário de recuperação da Economia Portuguesa apoiada nas exportações (Quadro 2.1). De acordo com a estimativa rápida do PIB do INE, no **1º trimestre de 2007** a economia acelerou, crescendo 2,1% em termos homólogos (após ter crescido 1,7%, 1,6% e 0,9%, respectivamente no 4º, 3º, e 2º trimestres de 2006). A manter-se esta estimativa, será a taxa de crescimento trimestral mais elevada desde o 1º trimestre de 2002.

Quadro 2.1

Indicadores Trimestrais

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Unidade	2004	2005	2006	2T05	3T05	4T05	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07
PIBpm	INE	Milhões euros	144 274	149 021	155 289	37 149	37 437	37 888	37 922	38 668	39 003	39 697	2,1
PIBpm		VH Real	1,3	0,5	1,3	0,5	0,5	1,1	1,0	0,9	1,6	1,7	
Consumo Privado		VH Real	2,5	2,2	1,1	3,2	1,2	1,3	1,1	0,3	1,7	1,2	
Consumo Público		VH Real	2,5	2,3	-0,3	2,7	2,1	1,3	0,5	-0,1	-0,7	-1,0	
FBCF		VH Real	1,2	-3,2	-1,6	-2,3	-4,4	-3,5	-1,1	-1,1	-1,8	-2,6	
Exportações Bens e Serviços		VH Real	4,4	1,1	8,8	0,4	2,6	2,6	8,1	7,4	8,9	10,7	
Importações Bens e Serviços	VH Real	6,6	1,9	4,3	3,2	0,8	-0,6	5,0	2,4	5,3	4,7		
FBCF sem construção	INE	VH Real	3,8	-1,7	2,8	-0,7	-2,0	-2,6	0,6	5,5	3,7	1,4	
Balança Corrente / PIB (fim de período)	BP	%	-7,7	-9,7	-9,4	-10,5	-9,4	-9,7	-11,0	-10,7	-9,5	-9,4	
Saldo Total-SPA / PIB (exc. med. tempor)	DGO/INE	%	-3,3	-6,0	-3,9								
Taxa de desemprego	INE	(%)	6,7	7,6	7,7	7,2	7,7	8,0	7,7	7,3	7,4	8,2	8,4
Inflação	INE	(%)	2,4	2,3	3,1	1,8	2,6	2,7	3,2	3,7	3,0	2,5	2,4

De acordo com o INE, a taxa de desemprego no 1º trimestre de 2007 fixou-se em 8,4% (8,2% no 4º trimestre de 2006) (Quadro 2.1). O Eurostat estima que a taxa de desemprego tenha diminuído para 8% em Abril de 2007 (8,1% em Março). Em Abril, o IEFP registou uma diminuição homóloga de 10,4% (-48 568 indivíduos em termos homólogos) no número de desempregados inscritos nos centros de emprego (-7,5% no 1º trimestre de 2007). A redução do número de desempregados inscritos foi extensível ao desemprego de longa duração, com uma variação homóloga de -12,4% em Abril (-10,5% no 1º trimestre de 2007). A **Inflação**, medida pela variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) do INE, aumentou 0,4 p.p. em Abril de 2007 (para 2,7%) relativamente a Março (2,3%) (Quadro 2.2).

Quadro 2.2

Mercado de Trabalho

Mercado de Trabalho	Fonte	Unidade	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	Nov-06	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07
Taxa de Desemprego	Eurostat	%	7,6	7,6	7,6	8,0	8,1	8,0	8,0	8,2	8,1	8,1	8,0
Desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	486 428	456 254	440 810	454 469	449 942	457 728	452 651	457 634	450 837	441 356	420 685
Variação dos desempregados inscritos	IEFP	Período n-Período (n-1)	2 957	-30 174	-15 444	13 659	-4 527	4 700	-5 077	4 983	-6 797	-9 481	-20 671
Desempregados inscritos	IEFP	VH	0,3	-3,1	-6,1	-6,0	-7,5	-5,9	-5,6	-6,8	-7,6	-8,1	-10,4
Evolução do desemprego de longa duração	IEFP	VH	-1,4	-2,9	-6,5	-7,8	-10,5	-7,8	-7,3	-9,6	-11,1	-10,9	-12,4
Variação da população empregada	INE	Período n-Período (n-1)	-6 900	53 900	6 500	-44 500	-7 100						
Evolução da população empregada	INE	VH	0,6	1,0	1,1	0,2	0,2						
Índice do Custo de Trabalho	Eurostat	VH	3,9	1,1	-0,7	3,5							
Índice do Custo de Trabalho (Zona Euro)	Eurostat	VH	2,5	2,6	2,5	2,4							
Por memória:													
Inflação (IPC)	INE	VH	3,2	3,7	3,0	2,5	2,4	2,4	2,5	2,6	2,4	2,3	2,7

A generalidade dos indicadores avançados da **actividade económica** disponíveis para o 1º trimestre de 2007 aponta para a manutenção da trajectória de recuperação (Quadro 2.3). O Indicador de Actividade Económica e o Indicador de Clima Económico registaram uma recuperação significativa face ao valor observado no 4º trimestre de 2006. O Indicador de Actividade atingiu o melhor nível desde Abril de 2006 e o Indicador de Clima Económico situou-se ao melhor nível desde Julho de 2002. Também o Indicador de Sentimento Económico, que reflecte a evolução dos níveis de confiança, sustenta a sua recuperação, apresentando uma nova subida no 1º trimestre de 2007. O Indicador Coincidente Mensal regista uma estabilização no 1º trimestre de 2007 e apenas o Indicador Compósito Avançado desceu face ao 4º trimestre de 2006.

Relativamente aos meses de Abril e Maio, os sinais apontam no sentido da sustentação da recuperação com o Indicador de Sentimento Económico a registar em Maio o melhor nível dos últimos seis anos e o Indicador de Clima Económico a melhorar pelo quarto mês consecutivo, verificando o melhor nível desde Junho de 2002. O Indicador Coincidente Mensal mantém-se estabilizado em Abril, apresentando o mesmo valor do 1º trimestre de 2007 (1,7% VH).

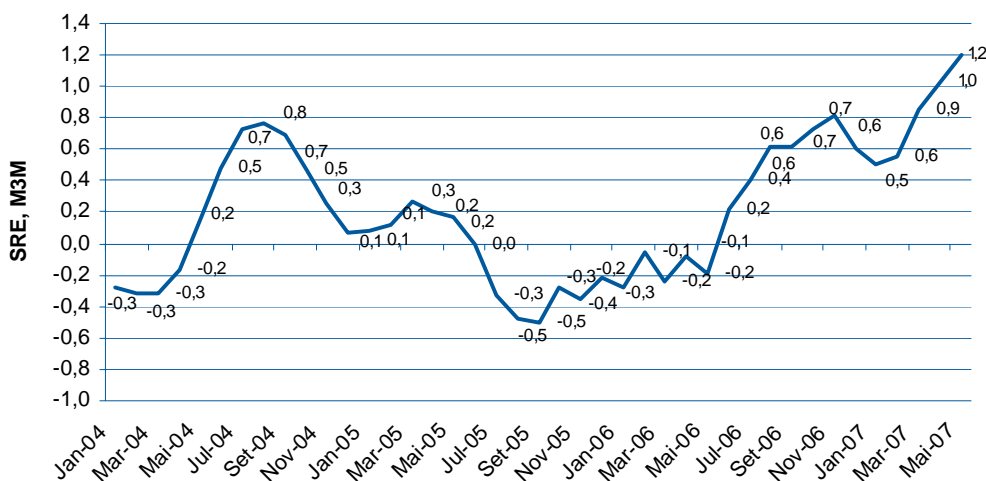
Quadro 2.3

Indicadores avançados de actividade geral

Indicadores de Actividade Geral	Fonte	Unidade	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07
Indicador de Actividade Económica	INE	VH, M3M	1,2	0,6	0,6	0,6	1,0	0,6	0,9	0,9	1,0		
Indicador Coincidente Mensal	BP	VH	0,4	0,8	1,2	1,5	1,7	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	
Indicador de Clima Económico	INE	SRE/M3M	-0,2	0,2	0,6	0,6	0,9	0,6	0,5	0,6	0,9	1,0	1,2
Indicador Compósito Avançado	OCDE	LI 6M	3,5	6,0	6,5	6,2	5,8	6,3	6,1	6,4	4,8		
Indicador do Sentimento Económico	Eurostat	(1990-2003)=100	90,0	92,2	95,5	98,4	100,3	98,6	99,2	101,0	100,8	101,6	102,0

Figura 2.1

Indicador de Clima Económico (INE)



No que respeita ao **Consumo Privado** (Quadro 2.4), existem indícios de alguma recuperação ainda não totalmente consolidada, expressa pela confiança dos consumidores, pelo Indicador Coincidente do Consumo Privado, que registou uma desaceleração (1,2%) face ao 4º trimestre de 2006 (1,6%), e também pelo Índice do Volume de Negócios nos Serviços de Alojamento e Restauração, que apresenta um abrandamento no 1º trimestre de 2007. Por outro lado, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma subida (1,4% no 1º T), suportada por uma evolução favorável na componente não alimentar. Também as Vendas de Veículos Ligeiros de Passageiros apresentam uma descida menos acentuada no 1º trimestre de 2007 (-5,4% VH e -7,2% no 4ºT de 2006).

Em Abril, mantém-se a desaceleração verificada desde o final do ano de 2006, por parte do Indicador Coincidente do Consumo Privado, que desceu face ao 1º trimestre de 2007 (0,8% VH e 1,2% VH no 1ºT de 2007). Também o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou uma deterioração, tanto ao nível da componente alimentar como da não alimentar. Em contrapartida, verificou-se uma descida menos acentuada do Índice de Volume de Vendas do Comércio Retalho e uma ligeira melhoria do Indicador de Confiança dos Consumidores, em média, nos meses de Abril e Maio. As Vendas de Veículos Ligeiros de Passageiros diminuíram ligeiramente (-5,8%) face ao 1º trimestre de 2007 (-5,4%).

Quadro 2.4
Indicadores avançados do consumo privado

Indicadores de Consumo Privado	Fonte	Unidade	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07
Indicador Coincidente do Consumo Privado	BP	VH	1,0	0,7	1,1	1,6	1,2	1,6	1,4	1,2	1,0	0,8	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-37,8	-36,2	-31,9	-31,0	-33,2	-29,1	-32,4	-32,8	-34,5	-33,0	-31,6
Índice de Vol. de Neg. Comércio a Retalho (p.const)	INE	VH (v.c.s)	0,6	-0,7	3,4	1,2	1,4	1,7	0,4	0,7	3,1	-2,5	
IVN no Comércio a Retalho de Bens Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	2,6	2,0	5,0	2,2	2,8	0,7	3,4	0,5	4,6	-0,9	
IVN no Comércio a Retalho de Bens não Alimentares (p.const)	INE	VH (v.c.s)	-1,1	-2,9	2,1	0,4	0,3	2,5	-1,9	0,9	1,9	-3,7	
Índice de Vol. de Vendas no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-15,5	-14,6	-15,3	-6,2	-13,2	-8,1	-0,2	-16,7	-22,7	-5,6	-10,7
Índice de V.Negócios nos Serviços - Alojamento e restauração	INE	VH	0,9	-0,3	1,6	1,4	0,7	0,6	-1,2	-0,8	3,7		
Venda de Veículos Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-2,3	-9,2	-3,3	-7,2	-5,4	-13,0	-7,5	-8,4	-1,7	-5,8	

Relativamente ao **Investimento** (Quadro 2.5), o indicador de FBCF evoluiu favoravelmente no 1º trimestre de 2007 (-3,3, M3M que compara com -4,8, M3M, no 4º T de 2006). Também se assistiu a uma evolução muito favorável dos índices de produção industrial de Bens de Investimento e de Máquinas e Equipamentos no 1º trimestre de 2007, face aos valores observados no 4º trimestre de 2006. As Novas Encomendas de Bens de Investimento provenientes do Mercado Interno apresentaram um crescimento muito significativo, no 1º trimestre de 2007 (26,1 % VH, o que compara com 7% no 4º trimestre de 2006). As Importações de Bens de Investimento aumentaram em Janeiro e Fevereiro, em média, acima do valor registado no 4º trimestre de 2006. No 1º trimestre de 2007, verificou-se uma melhoria do indicador de confiança na construção que se estendeu aos meses de Abril e Maio e uma descida menos acentuada das vendas de cimento que se prolongou em Abril. No entanto, em Abril, verificou-se uma desaceleração dos índices de produção industrial de Máquinas e Equipamentos e de Bens de Investimento, face ao 1º trimestre de 2007. As Viaturas Comerciais Ligeiras e as Viaturas Comerciais Pesadas apresentaram comportamentos diferenciados.

Quadro 2.5
Indicadores avançados do investimento

Indicadores de Investimento	Fonte	Unidade	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07
Indicador de FBCF	INE	M3M	-1,7	-5,3	-3,0	-4,8	-3,3	-4,8	-5,3	-3,4	-3,3		
IPI - Máquinas e equipamentos	INE	VH(v.c.s)	-0,4	-2,5	-2,5	-7,0	-0,4	-6,8	-1,2	-1,2	1,1	-0,8	
IPI - Bens de Investimento	INE	VH(v.c.s)	-2,7	-0,7	1,8	1,3	6,1	-4,4	5,5	8,7	4,3	5,4	
Índice de Novas Encomendas (Investimento) M Nacional	INE	VH	-6,6	2,0	1,5	7,0	23,8	18,1	25,3	1,7	45,1	-2,9	
Importações de Bens de Investimento	INE	VH	2,8	0,8	10,0	11,3		11,4	14,8	10,0			
Indicador de Confiança na Construção	INE	SRE-VE	-46,0	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-50,5	-43,0	-46,5	-42,0	-41,5	-39,5
Vendas de Cimento	BP	VH	-0,2	-7,8	-8,9	-6,9	-4,0	-10,6	-5,5	-6,3	-0,6	-0,6	
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	ACAP	VH	-1,8	-11,7	-2,3	3,5	-1,3	-1,4	1,7	-6,4	0,6	11,0	
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	ACAP	VH	9,2	24,8	52,0	-33,3	-1,6	-24,2	-7,0	19,8	-11,7	-56,5	

Em relação ao **Comércio Externo** (Quadro 2.6), os valores divulgados pelo Banco de Portugal, para o 1º trimestre de 2007, apontam para crescimentos nominais homólogos de cerca de 12,3% nas “exportações” de bens e serviços (13,7% no 4º trimestre de 2006) e de cerca de 1,9% nas “importações” (5,2% no 4º trimestre). A desaceleração do crescimento nominal das “importações” e das “exportações” reflecte, em larga medida, o comportamento dos deflatores, num contexto de queda do dólar e de descida do preço do petróleo, perspectivando-se um contributo significativo da procura externa líquida para o crescimento do PIB no 1º trimestre de 2007.

Quadro 2.6
Balança de Bens e Serviços e Indicadores Avançados de Procura Externa

	Fonte	Unidade	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07
BENS	BP	VH	8,6	-2,2	0,2	-8,2	-17,3	-10,4	-6,3	-21,7	-22,2		
Crédito (Saídas)	BP	VH	12,2	12,9	13,5	13,2	11,1	9,4	15,5	12,8	6,0		
Débito (Entradas)	BP	VH	11,0	7,4	8,8	5,4	1,7	1,6	8,5	0,7	-3,2		
SERVIÇOS	BP	VH	13,5	27,4	23,0	43,1	75,6	53,5	84,2	78,9	66,8		
Crédito	BP	VH	16,9	15,0	15,0	15,1	16,1	11,7	15,8	19,6	13,6		
Débito	BP	VH	17,7	9,8	8,9	4,1	2,9	-1,7	2,5	6,4	0,4		
BENS E SERVIÇOS	BP	VH	8,0	-9,7	-15,6	-20,5	-30,1	-22,6	-18,5	-34,2	-35,7		
Crédito	BP	VH	13,3	13,4	14,0	13,7	12,3	10,1	15,6	14,4	7,8		
Débito	BP	VH	12,0	7,8	8,8	5,2	1,9	1,0	7,5	1,6	-2,7		
Por memória:													
Indicadores Avançados de Procura Externa													
Volume de Negócios na Indústria - Mercado Externo	INE	VH	8,3	11,0	16,3	16,0	12,2	14,9	14,1	14,5	8,7	14,7	
Novas Encomendas à Indústria - Mercado Externo	INE	VH	6,2	17,8	21,7	20,0	12,7	14,2	22,9	9,2	8,1	6,5	
Inquérito à Ind. Transformadora -Procura Externa	INE	SRE-VE	-19	-14	-14	-11	-7	-12	-10	-9	-2	-9	-1

O cenário de manutenção do crescimento apoiado nas exportações mantém-se suportado pelos **indicadores avançados de procura externa** (Quadro 2.6), que tanto ao nível do Volume de Negócios como ao nível das Encomendas continuam a evoluir favoravelmente. No entanto, estes indicadores evidenciam uma desaceleração face ao 4º trimestre de 2006. Em Abril, verifica-se uma melhoria do Índice do Volume de Negócios na Indústria face ao 1º trimestre de 2007 e uma deterioração do Índice de Novas Encomendas à Indústria. No Inquérito à Indústria Transformadora, a opinião dos empresários sobre a Procura Externa regista uma melhoria no 1º trimestre de 2007 que se estendeu, em média, nos meses de Abril e Maio.

A OCDE no mais recente *Economic Outlook* reviu em alta de 0,3 p.p. o crescimento da economia portuguesa para o ano de 2007, alinhando a sua previsão pelas do Governo, Banco de Portugal, FMI e Comissão Europeia (1,8%). Para 2008, a OCDE estima um crescimento de 2,0% (1,7% nas previsões anteriores). A OCDE aponta ainda para uma taxa de desemprego de 7,6% em 2007, um défice público de 3,3% e para um défice da balança corrente de 8,8% do PIB (9,5% previsto para 2008). No Quadro 2.7 apresenta-se um mapa com as previsões de crescimento para a Economia Portuguesa efectuadas por várias instituições.

Quadro 2.7
Previsões para a Economia Portuguesa

Crescimento real em percentagem:	2007					2008				
	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abr-07	PEC (2006-2010)	BP Jan-07	OCDE Maio-07	CE Maio-07	FMI Abr-07	BP Jan-07	PEC (2006-2010)
PIB	1,8	1,8	1,8	1,8	1,8	2,0	2,0	2,1	2,1	2,4
-Consumo privado	1,4	1,3	1,3*	1,3	1,5	1,8	1,5	-	1,7	2,0
-Consumo Público	-1,0	-0,1	-	-1,3	0,0	-1,1	0,3	-	0,3	-1,5
-FBCF	0,8	0,4	2,4*	1,9	0,0	5,2	2,9	-	3,9	4,0
-Exportações Bens e Serviços ⁽¹⁾	6,3	6,8	4,9*	7,2	6,2	6,3	5,9	-	6,1	6,8
-Importações Bens e serviços ⁽¹⁾	3,0	3,6	3,5*	3,7	3,5	5,5	4,2	-	4,7	4,3
IHPC (t.v.) ⁽²⁾	2,0	2,3	2,5	2,1	2,3	2,2	2,3	2,4	2,4	2,1
Taxa de Desemprego (% da pop activa)	7,6	7,7	7,4	7,5	-	7,1	7,5	7,3	-	7,2
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,3	-3,5	-3,3	-3,7	-	-2,4	-3,2	-2,6	-	-2,6
Balança Corrente (% PIB) ⁽³⁾	-8,8	-9,5	-9,1	-9,1	-7,3	-9,5	-9,0	-9,1	-7,2	-8,4

(1) No caso do FMI, Exportações e Importações de Bens

(2) No caso do PEC - Índice de Preços no Consumidor (IPC)

(3) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril 2007 e * Staff Report 2006, Article IV Consultation, Outubro de 2006; OCDE, Economic Outlook N°81,

Maio de 2007; CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2007; BP- Boletim Económico, Inverno de 2006;

PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento 2006-2010, Dezembro de 2006

3. Dinâmica Sectorial

As contas nacionais publicadas pelo INE relativas ao 4º trimestre de 2006 apontam para um crescimento homólogo do Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 1,5% em volume, com evoluções positivas em todos os sectores à excepção da Construção (*Quadro 3.1*).

Quadro 3.1

Evolução real do VAB por sectores, preços constantes, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	4T04	1T05	2T05	3T05	4T05	1T06	2T06	3T06	4T06
Agricultura, Silvicultura, Pescas	3,5	-8,1	7,9	-2,1	-7,8	-10,1	-9,4	-5,2	2,9	8,3	10,8	9,8
Electricidade, gás e água	2,9	1,2	4,6	2,9	0,7	1,4	1,1	1,7	4,6	2,8	5,9	5,0
Indústria	16,5	-1,7	1,3	-2,8	-3,8	-1,6	-1,6	0,4	1,8	-0,3	1,6	2,0
Construção	5,9	-3,7	-5,3	-1,8	-3,1	-2,9	-5,5	-3,3	-2,2	-6,7	-6,4	-5,8
Comércio, Restaurantes e Hóteis	17,0	1,8	1,7	2,9	2,4	2,1	1,4	1,3	0,7	1,5	2,5	2,1
Transportes e Comunicações	7,4	-1,2	0,4	2,7	0,3	-1,9	-1,6	-1,5	-0,7	0,4	0,6	1,3
Actividades Financeiras e Imobiliárias	15,3	1,6	2,7	-0,3	0,5	1,2	2,0	2,5	2,6	2,7	2,8	2,8
Outros Serviços	31,5	1,0	0,6	1,9	1,5	1,2	0,8	0,6	0,7	0,6	0,7	0,5
<i>Por memória:</i>												
Valor Acrescentado Bruto (const)		0,0	1,2	0,6	-0,2	0,0	-0,3	0,4	1,0	0,7	1,5	1,5

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Março 2007

Relativamente ao Emprego (*Quadro 3.2*), verificou-se um crescimento de 0,2% no 4º trimestre de 2006 e no 1º trimestre de 2007, com comportamentos diferenciados ao nível sectorial.

Quadro 3.2

Evolução do emprego por sectores, variação homóloga (%)

	peso, 2006 (%)	2005	2006	1T05	2T05	3T05	4T05	1T06	2T06	3T06	4T06	1T07
Agricultura, Silvicultura, Pescas	11,7	-1,9	-0,4	-2,6	-2,3	-1,0	-1,8	-1,0	1,7	0,2	-2,5	-0,2
Electricidade, gás e água*	0,8	-4,1	-0,5	-11,5	-4,0	1,7	-1,7	-4,2	-0,5	-0,7	3,2	24,6
Indústria Transformadora	19,0	-3,4	1,2	-0,8	-3,0	-4,0	-5,5	-1,1	0,4	3,3	2,4	-1,2
Construção	10,7	1,1	-0,2	-3,1	-0,6	3,2	5,1	1,5	0,8	-2,4	-0,5	1,6
Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,0	0,1	-1,7	-1,3	0,8	-0,4	1,5	-0,6	-1,9	-1,3	-2,9	-0,2
Transportes e Comunicações	4,6	3,0	8,5	1,6	3,5	4,5	2,2	5,4	10,5	8,0	10,1	1,8
Actividades Financeiras e Imobiliárias	7,5	-2,6	1,5	-2,3	-0,7	-2,7	-4,6	-4,5	0,2	7,0	3,6	7,7
Outros Serviços	25,6	3,4	1,7	4,3	3,6	2,9	3,0	4,3	2,1	0,6	-0,2	-2,0
<i>Por memória:</i>												
Emprego - Total		0,0	0,7	-0,3	0,1	0,1	0,0	0,6	1,0	1,1	0,2	0,2

Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 1º trimestre 2007

*Inclui Indústria Extractiva

Os indicadores avançados para a **indústria** (*Quadro 3.3*) mantêm a evolução favorável verificada ao longo dos últimos trimestres, tendo o indicador de confiança registado no 1º trimestre de 2007 um máximo histórico (figura 3.1). Salienta-se a manutenção do índice de produção industrial (IPI) (4,2%, VH) no 1º trimestre do ano e a melhoria do índice de produção para a indústria transformadora no 1º trimestre (4,6%, VH) que compara com 2,5% no 4º trimestre. O índice de volume de negócios na Indústria regista contudo um ligeiro abrandamento do 4º trimestre de 2006 para o 1º trimestre de 2007 (7,2% para 7,1%) reflectindo um abrandamento na componente “mercado externo”. No entanto, este indicador registou em Abril uma melhoria significativa face ao 1º trimestre de 2007 (9,4% VH e 7,1% VH, respectivamente) devido à recuperação do volume de negócios para o mercado externo (14,7% VH em Abril de 2006 contra 12,2% VH no 1ºT de 2007). Em contrapartida, o índice de novas encomendas registou no 1º trimestre de 2007 um crescimento mais apoiado no mercado nacional.

O índice da produção industrial da indústria transformadora acelerou em Abril, situando-se no entanto abaixo do valor médio do 1º trimestre de 2007, e o indicador de confiança da indústria transformadora registou em Maio, a quinta melhoria consecutiva, situando-se no melhor nível desde Março de 2001.

Quadro 3.3
Indicadores Sectoriais para a Indústria

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07
Índice de Produção Industrial - Total (cdu, vcs)	INE	VH	2,2	3,6	4,2	4,2	2,3	5,6	5,1	1,9	2,4	
Índice Volume Negócios na Indústria	INE	VH	5,3	7,2	7,2	7,1	5,2	8,3	8,1	5,3	9,4	
Mercado Nacional	INE	VH	2,1	2,3	2,4	4,0	0,5	4,9	4,3	3,1	6,4	
Mercado Externo	INE	VH	11,0	16,3	16,0	12,2	14,9	14,1	14,5	8,7	14,7	
Índice de Novas Encomendas na Indústria	INE	VH	6,9	10,2	10,1	13,1	8,9	15,7	10,5	13,1	5,5	
Mercado Nacional	INE	VH	-0,3	2,0	3,5	13,5	5,6	11,0	11,5	17,6	4,7	
Mercado Externo	INE	VH	17,8	21,7	20,0	12,7	14,2	22,9	9,2	8,1	6,5	
Indicador de Confiança na Indústria (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-9,7	-7,3	-6,0	-2,3	-6,0	-5,0	-1,0	-1,0	-1,0	0,0
Índice de Emprego na Indústria	INE	VH	-3,1	-2,7	-2,7	-2,0	-2,7	-2,0	-1,9	-1,9	-1,7	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora (cdu,vcs)	INE	VH	1,5	3,5	2,5	4,6	0,1	4,9	5,6	3,2	5,8	
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	INE	VH	4,9	7,1	7,1	7,2	5,1	8,6	8,2	5,2	9,1	
Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora												
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-9,2	-5,7	-6,1	-2,0	-7,0	-3,7	-0,7	-1,7	-1,7	0,0
Carteira de Encomendas Global (tendência)	INE	SRE-VE	-9,0	-6,0	-4,0	0,0						

Relativamente aos IPI sectoriais (*Quadro 3.4*), no 1º trimestre de 2007 verificaram-se melhorias assinaláveis nas indústrias extractivas (7,5%, VH) e transformadoras (4,6%, VH). Destaca-se o bom comportamento dos sub-sectores de fabricação de material de transporte (22%), fabricação de material eléctrico e de óptica (18%), produtos de borracha (10,7%), a consolidação da recuperação do sector da fabricação de outros produtos minerais não metálicos (que vinha registando sucessivamente variações negativas), e da indústria têxtil, que mantém a recuperação verificada desde o 2º trimestre de 2006 (-1,1%). Em Abril, verificou-se uma nova melhoria dos IPI nas indústrias extractivas e nas transformadoras face aos valores do 1º trimestre, tendo ocorrido uma deterioração do IPI da produção de electricidade, gás e água.

Quadro 3.4
Índice de Produção Industrial por subsecções¹, variação homóloga

	2006	2T06	3T06	4T06	1T07	Nov-06	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07
Índice de Produção Industrial (Total)	2,8	2,2	3,6	4,2	4,2	6,0	2,3	5,6	5,1	1,9	2,4
C- Indústrias extractivas	-9,9	-8,1	-12,1	-10,0	7,5	-7,2	-7,2	3,4	7,4	11,6	12,7
CB- Indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos	-9,9	-8,1	-12,1	-10,0	7,5	-7,2	-7,2	3,4	7,4	11,6	12,7
D- Indústrias transformadoras	2,3	1,5	3,5	2,5	4,6	4,2	0,1	4,9	5,6	3,2	5,8
DA- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	3,7	0,6	6,6	6,7	8,6	6,7	3,0	9,9	11,2	4,9	8,8
DB- Indústria têxtil	-4,3	-3,9	-3,2	-3,0	-1,1	-1,0	-5,1	-1,6	-1,0	-0,8	-3,8
DC- Indústria do couro e dos produtos de couro	-8,7	-10,0	-7,9	-9,3	-5,1	-12,4	-8,2	-6,3	0,9	-9,7	-1,6
DD- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	3,2	-1,7	4,4	2,0	3,1	3,6	3,1	0,9	2,6	5,9	2,4
DE- Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	1,8	0,0	6,3	-0,4	1,7	8,7	-7,2	0,8	1,3	2,9	2,0
DF- Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	2,7	6,2	0,4	-1,9	-9,3	-5,4	-2,1	-4,1	0,5	-22,2	0,9
DG- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	1,6	2,7	1,9	-3,8	1,7	-8,5	-4,9	3,7	1,7	-0,2	-0,3
DH- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	-0,1	-1,9	-3,5	1,5	10,7	7,0	-2,0	16,5	9,7	5,9	13,5
DI- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-1,5	-2,8	-2,5	-2,5	0,4	-2,4	-3,1	-2,8	1,0	3,2	4,9
DJ- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	5,7	7,3	2,0	4,2	0,5	7,4	-3,3	0,6	1,7	-0,7	3,7
DK- Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	-3,1	-2,5	-2,5	-7,0	-0,4	-8,0	-6,8	-1,2	-1,2	1,1	-0,8
DL- Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	18,3	22,7	21,2	16,7	18,0	11,1	25,2	24,9	17,0	13,5	24,5
DM- Fabricação de material de transporte	3,7	0,9	6,5	15,4	22,0	24,7	5,0	22,4	27,3	16,7	14,4
DN- Indústrias transformadoras, n.e.	-6,7	-12,8	-2,3	-1,2	-1,9	9,3	-10,8	-7,1	1,0	0,5	3,9
E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	8,3	6,3	18,1	1,0	20,8	19,8	11,1	0,7	-7,9	-18,0
EE- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	7,7	8,3	6,3	18,1	1,0	20,8	19,8	11,1	0,7	-7,9	-18,0

Fonte: INE

No sector da **Construção** (*Quadro 3.5*), as vendas de cimento, os indicadores de confiança (que atingiu o valor máximo desde Agosto de 2005) e as perspectivas da actividade para os próximos 3 meses evoluíram de uma forma globalmente favorável no 1º trimestre de 2007, situação que se estendeu aos meses de Abril e Maio. Também o índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um valor menos negativo (-6,7%, VH/VM3M, contra -7,2% no 4º trimestre de 2006). O índice de Emprego neste sector foi ligeiramente menos negativo no 1º trimestre de 2007 (-5,5%) que no 4º trimestre de 2006 (-6,2%).

¹ Corrigidos de dias úteis e sazonalidade.

Quadro 3.5
Indicadores sectoriais para a Construção

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07
Índice de produção na construção e obras públicas	INE	VH/MM3M	-7,4	-7,9	-7,2	-6,7	-7,2	-7,8	-7,8	-6,7		
Vendas de cimento (1)	BP	VH	-7,8	-8,9	-6,9	-4,0	-10,6	-5,5	-6,3	-0,6	-0,6	
Licenciamento de obras	INE	VH	-5,8	-8,0	-9,8	-12,3	-20,4	-4,2	-19,7	-14,9		
Índice de Novas Encomendas na Construção e Obras Públicas	INE	VH	2,4	10,2	-1,1	-29,7	:	:	:	:	:	:
Indicador de Confiança na Construção (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-39,3	-34,0	-40,3	-39,0	-39,0	-38,0	-37,0	-42,0	-42,0	-40,0
Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas												
Indicador de confiança da Construção e Obras Públicas	INE	SRE-VE	-47,7	-47,7	-48,7	-43,8	-50,5	-43,0	-46,5	-42,0	-41,5	-39,5
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-65,7	-65,7	-67,3	-65,7	-70,0	-64,0	-68,0	-65,0	-63,0	-59,0
Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-29,7	-29,7	-30,0	-22,0	-31,0	-22,0	-25,0	-19,0	-20,0	-20,0
Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-32,0	-25,3	-28,0	-25,3	-27,0	-23,0	-29,0	-24,0	-20,0	-23,0
Perspectiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-20,3	-22,3	-20,0	-18,3	-18,0	-21,0	-18,0	-16,0	-17,0	-18,0
Índice de Emprego na Construção e Obras Públicas	INE	VH	-5,9	-6,8	-6,1	-5,5	-6,3	-5,7	-5,5	-5,4		

(1) Vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno excluindo importações de cimento.

Relativamente ao sector dos **Serviços** (Quadro 3.6), os dados disponíveis para o 1º trimestre de 2007 permitem destacar uma melhoria dos indicadores de confiança e das perspectivas para os próximos 3 meses e uma deterioração do índice qualitativo de volume de vendas (6,2 no 1ºT, contra 7,9 no 4ºT, SRE-VE). Nos meses de Abril e Maio, em média, registou-se uma melhoria assinalável dos indicadores de confiança face ao 1º trimestre. Também se registam recuperações significativas do Índice de Volume de Negócios no 1º trimestre de 2007 (3,8%, VH, M3M, após 0,2% no 4º trimestre de 2006) e do Índice de Emprego (0,5%, após -1% no 4º trimestre de 2006).

No meses de Abril e Maio, no sector do **Comércio** verificou-se uma evolução favorável do volume de vendas, do indicador de confiança e das perspectivas de actividade, face ao 1º trimestre de 2007. No subsector **Comércio a Retalho**, o indicador de Volume de Negócios fechou o trimestre em trajectória ascendente (+1,4% após 1,2% no trimestre anterior), acompanhado por melhorias nos indicadores de confiança e de emprego, quer na componente alimentar quer na componente não alimentar. Relativamente aos meses de Abril e Maio, o volume de vendas do comércio a retalho e o indicador de confiança (do Eurostat) apresentaram uma evolução favorável relativamente ao 1º trimestre de 2007.

No subsector **Comércio por Grosso**, o indicador de Volume de Vendas apresenta no 1º trimestre de 2007 uma evolução desfavorável, acompanhado por uma deterioração do indicador de confiança. Em média, nos meses de Abril e Maio, estes indicadores registaram uma melhoria face ao 1º trimestre.

Quadro 3.6
Indicadores Sectoriais para os Serviços e Comércio

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2T06	3T06	4T06	1T07	Dez-06	Jan-07	Fev-07	Mar-07	Abr-07	Mai-07
Índice de volume de negócios nos Serviços	INE	VH,M3M	-0,7	2,9	0,2	3,8	0,2	0,7	1,6	3,8		
Volume de vendas - tendência actual (vcs)	INE	SRE-VE	3,1	7,7	7,9	6,2	8,8	8,6	-2,6	12,6	11,9	4,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	Eurostat	SRE-VE	10,7	11,7	12,7	17,7	13,0	18,0	18,0	17,0	19,0	21,0
Indicador de confiança dos Serviços (vcs)	INE	SRE-VE	1,7	4,5	7,2	6,6	6,5	6,8	5,7	7,4	12,9	7,9
Carteira de encomendas - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	0,8	2,7	5,6	9,4	6,0	8,2	7,5	12,5	15,5	6,4
Actividade da empresa - últimos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	-6,0	-3,4	-1,4	-1,1	-2,9	-3,3	-1,7	1,7	5,2	8,3
Perspectivas da procura-próximos 3 meses (vcs)	INE	SRE-VE	10,3	14,2	17,4	11,6	16,4	15,5	11,3	8,0	17,9	9,0
Índice de Emprego nos Serviços	INE	VH	-0,8	-0,8	-1,0	0,5	-1,5	0,2	0,8	0,4		
Volume de Vendas no Comércio (últimos 3 meses)	INE	SRE-VE	-10,9	-10,5	-4,2	-9,6	-10,1	-2,2	-9,2	-17,5	-6,7	-4,2
Indicador de confiança no Comércio	INE	SRE-VE	-9,5	-6,8	-6,3	-6,3	-8,7	-6,9	-5,7	-6,3	-5,3	-6,7
Perspectivas de actividade (próximos 3 meses)	INE	SRE-VE	2,0	3,2	5,2	6,0	2,7	3,5	7,0	7,6	8,4	7,1
Nível de existências	INE	SRE-VE	8,6	5,0	4,2	5,4	4,8	6,3	4,2	5,6	4,5	6,9
Índice Volume Negócios no Comércio a Retalho (1)	INE	VH, M3M	-0,7	3,4	1,2	1,4	1,2	1,2	0,9	1,4	0,5	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (2)	INE	SRE-VE	-14,6	-15,3	-6,2	-13,2	-8,1	-0,2	-16,7	-22,7	-5,6	-10,7
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho (vcs)	Eurostat	SRE-VE	-2,3	-0,7	3,7	4,0	6,0	2,0	4,0	6,0	6,0	6,0
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-14,2	-14,3	-12,8	-12,2	-15,7	-14,1	-10,5	-12,0	-11,3	-14,1
Índice de Emprego no Comércio a Retalho	INE	VH	0,6	0,6	0,0	0,4	-0,1	0,5	0,5	0,3	1,2	
Bens alimentares	INE	VH	1,0	0,0	0,3	1,4	0,5	1,3	1,3	1,6	3,9	
Bens não alimentares	INE	VH	0,3	1,0	-0,1	-0,2	-0,5	0,0	0,0	-0,6	-0,6	
Volume de Vendas no Comércio por Grosso - últimos 3 meses	INE	SRE-VE	-7,8	-6,6	-2,6	-6,8	-11,7	-3,9	-3,1	-13,4	-7,7	1,2
Encomendas a fornecedores - próximos 3 meses	INE	SRE-VE	-4,7	0,0	-9,2	-7,1	-18,0	-10,5	-7,3	-3,6	-5,6	-3,1
Indicador de Confiança no Comércio por Grosso	INE	SRE-VE	-5,5	-0,7	-1,0	-1,5	-3,0	-0,9	-1,9	-1,7	-0,4	-0,6

(1) Valor deflacionado e corrigido de sazonalidade e dias úteis

(2) Valor corrigido de sazonalidade e dias úteis

Figura 3.1

Indicadores de Confiança

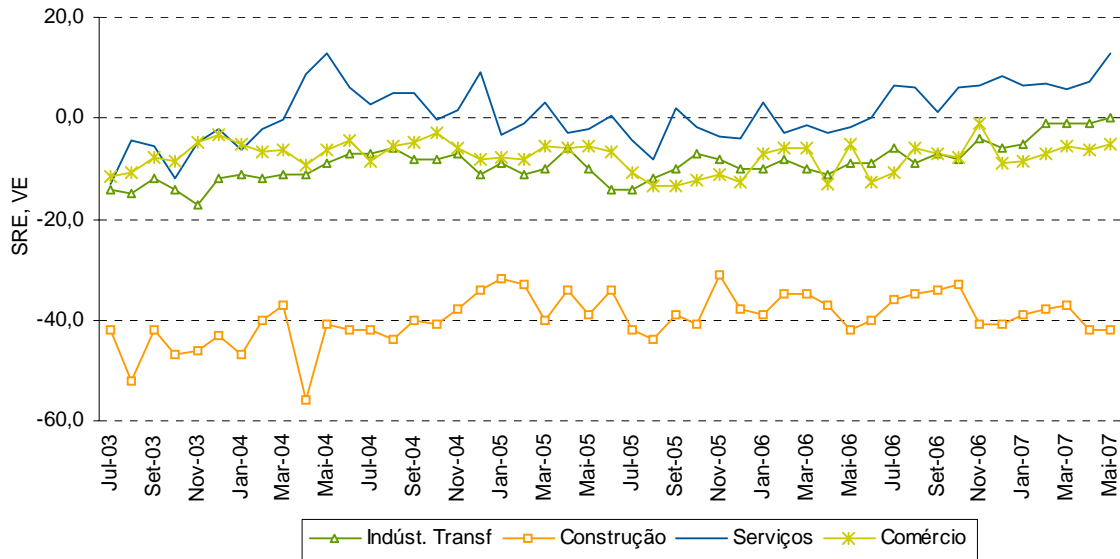
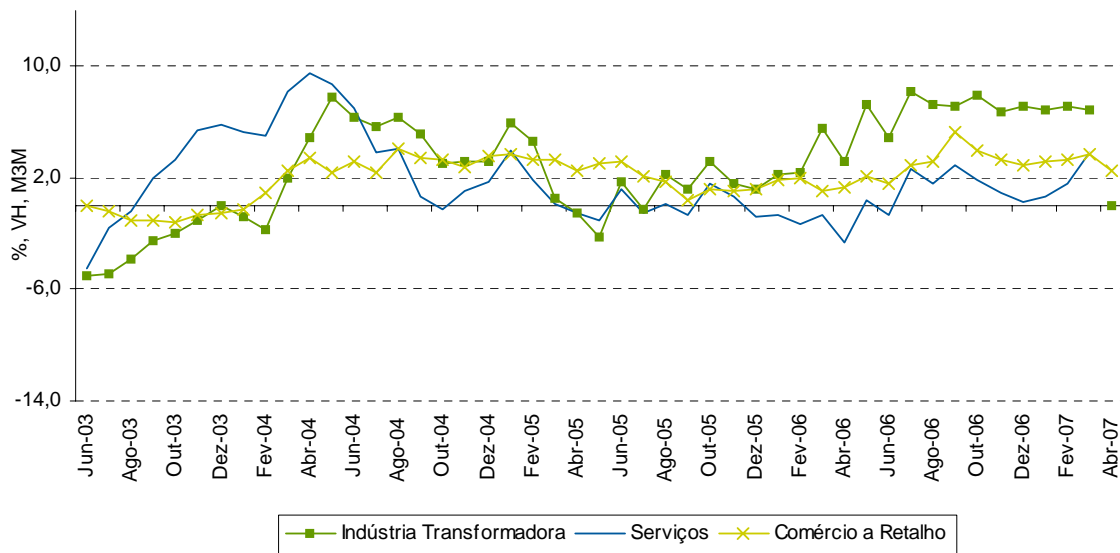


Figura 3.2

Índice de Volume de Negócios



4. Emprego: perspectiva regional

De acordo com as Estatísticas do Emprego do INE (Quadro 4.1), no primeiro trimestre de 2007, a população empregada cresceu 0,2% em termos homólogos. As regiões que mais contribuíram para esse crescimento foram o Centro (1,3%) e Lisboa (0,9%).

Na região Centro, verificou-se um aumento da população empregada (1,3% VH) e um aumento da taxa de desemprego de 5,5% no 1º trimestre de 2006, para 6,7% no 1º trimestre de 2007, reflectindo o aumento mais do que proporcional da população activa. No 1º trimestre de 2007, as regiões que apresentaram uma taxa de desemprego superior à média nacional (8,4%) foram o Norte e o Alentejo (9,5%) e Lisboa (8,8%).

No total do país a taxa de emprego, medida como o emprego em percentagem da população com idade para trabalhar, foi de 57,3%. As maiores taxas de emprego ocorreram na região Centro (62,9%), na região autónoma da Madeira (57,8%) e no Norte (56,9%), apesar desta última região apresentar uma taxa de emprego abaixo da média nacional.

Quadro 4.1

População empregada (número), taxa de emprego e de desemprego (em percentagem), no 1º trimestre de 2006 e 2007

	População empregada			Taxa de desemprego		Taxa de emprego	
	1ºT 2006	1ºT 2007	Variação	1º T 2006	1º T 2007	1º T 2006	1º T 2007
Portugal	5 127	5 136	0,2	7,7	8,4	57,4	57,3
Norte	1 807	1 788	-1,0	8,9	9,5	57,8	56,9
Centro	1 270	1 286	1,3	5,5	6,7	62,2	62,9
Lisboa	1 284	1 296	0,9	8,5	8,8	54,7	55,0
Alentejo	344	343	-0,4	9,8	9,5	51,9	51,8
Algarve	198	199	0,7	5,9	6,9	55,7	55,8
Açores	106	107	0,8	4,2	4,7	54,5	54,5
Madeira	118	117	-0,9	4,6	6,9	58,6	57,8

Fonte: INE

Entre o 1º trimestre de 2006 e o 1º trimestre de 2007, a maior variação da taxa de emprego verificou-se na Região do Norte, tendo registado uma redução de cerca de 0,9 pontos percentuais. A variação da taxa de emprego pode decompor-se em dois efeitos cumulativos²: um “efeito participação”, que capta os movimentos líquidos de entrada no mercado de trabalho, i.e, o número de indivíduos com idade para trabalhar que passam a fazer parte da população activa, deduzido do número de indivíduos com idade para trabalhar que deixam de fazer parte da população activa e um “efeito emprego”, que capta os movimentos líquidos do desemprego para o emprego e que, portanto, varia inversamente com a taxa de desemprego. Esta decomposição é analisada no quadro 4.2.

2

Formalmente, $\frac{L}{N} = \frac{A}{N} \frac{L}{A} \Leftrightarrow \frac{L}{N} = \frac{A}{N} \frac{A-U}{A} \Rightarrow \left(\frac{\hat{L}}{N} \right) \approx \underbrace{\left(\frac{\hat{A}}{N} \right)}_{\text{Efeito Participação}} + \underbrace{\left(1 - \frac{\hat{U}}{A} \right)}_{\text{Efeito Emprego}}$, onde N é a população total com 15 ou mais anos, A a população activa,

L a população empregada e U a população desempregada. \hat{X} representa a taxa de crescimento da variável X.

Quadro 4.2

**Taxa de variação homóloga da taxa de emprego e as suas componentes
no 1º trimestre de 2007 (valores em percentagem)**

	Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
(1) Efeito participação	0,5	-0,9	2,3	1,0	-0,4	1,3	0,6	1,2
(2) Efeito emprego	-0,7	-0,6	-1,3	-0,4	0,3	-1,1	-0,6	-2,4
(3) Variação homóloga da taxa de emprego	-0,2	-1,5	1,0	0,6	-0,1	0,2	0,0	-1,3

No conjunto do país, a taxa de emprego reduziu-se ligeiramente (-0,2% de variação homóloga no 1º trimestre) devido ao comportamento negativo do “efeito emprego” (-0,7%) apesar da variação positiva do “efeito participação” (0,5%).

Na maioria das regiões o “efeito participação” contribuiu de forma positiva para o aumento da taxa de emprego no primeiro trimestre de 2007 face ao período homólogo do ano anterior, captando um saldo positivo de entrada de indivíduos no mercado de trabalho. As regiões onde esse contributo foi negativo foram o Norte (-0,9%) e o Alentejo (-0,4%).

No que respeita ao “efeito emprego”, verifica-se que o contributo foi mais negativo na região autónoma da Madeira (-2,4%), no Centro³ (-1,3%) e no Algarve (-1,1%). A única região onde este efeito foi positivo, ou seja, onde se verificou uma diminuição da taxa de desemprego em termos líquidos, foi o Alentejo (0,3%).

No quadro 4.3 analisa-se a distribuição da população empregada por região e por sector de actividade, a taxa de crescimento do emprego em cada sector e região e o respectivo contributo para o crescimento do emprego entre o 1º trimestre de 2007 e o mesmo período do ano anterior.

Quadro 4.3

**Estrutura da população empregada, taxa de crescimento do emprego por região e por sector de actividade e o respectivo contributo para o crescimento do emprego 1º trimestre de 2007
(variações homólogas em percentagem)**

	Taxa de crescimento do emprego (a)				Estrutura da população empregada 1º T 2006 (b)				Contributo para o crescimento do emprego (c)			
	Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca	Indústria, construção, energia e água	Serviços	Total	Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca (d)	Indústria, construção, energia e água (e)	Serviços (f)	Total (g)	Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca (d)	Indústria, construção, energia e água (e)	Serviços (f)	Total (g)
Norte	-2,97	-0,84	-0,72	-1,03	4,3	13,9	17,1	35,2	-0,13	-0,12	-0,12	-0,36
Centro	1,63	4,53	-0,94	1,25	5,5	7,4	11,9	24,8	0,09	0,34	-0,11	0,31
Lisboa	59,43	-2,42	1,19	0,90	0,2	5,6	19,3	25,1	0,12	-0,13	0,23	0,23
Alentejo	-17,67	8,99	-0,09	-0,38	0,9	1,6	4,2	6,7	-0,17	0,14	0,00	-0,03
Algarve	15,70	-3,97	0,98	0,71	0,2	0,8	2,8	3,9	0,04	-0,03	0,03	0,03
Açores	-2,26	1,11	1,21	0,75	0,3	0,5	1,3	2,1	-0,01	0,01	0,02	0,02
Madeira	13,27	-10,28	0,67	-0,93	0,2	0,6	1,5	2,3	0,03	-0,06	0,01	-0,02
Portugal	-0,17	0,47	0,09	0,17	11,6	30,4	57,9	100,0	-0,02	0,14	0,05	0,17

Fonte: GEE com base em dados do INE Portugal.

(c) = (a) * (b)/100

(g) = (d) + (e) + (f)

³ Onde, apesar de tudo, o emprego aumentou (1%) via “efeito participação”.

No total do país, a taxa de crescimento do emprego na agricultura foi de -0,17%, a da indústria foi de 0,47% e a dos serviços de 0,09%, sendo que 11,6% da população estava empregada na agricultura, 30,4% na indústria e 57,9% nos serviços. Desta forma, o contributo da agricultura para o crescimento de 0,17% do emprego em Portugal foi de -0,02%, o contributo da indústria foi de 0,14% e o dos serviços foi de 0,05%.

Como já foi referido anteriormente, a maior taxa de crescimento do emprego ocorreu no Centro, decorrente do crescimento de 4,53% do emprego na indústria. Dado que a indústria no Centro é responsável por 7,4% do emprego em Portugal, isso contribuiu com 0,34% para o crescimento de 0,17% do emprego do total do país.

Como se pode observar no 3º painel do quadro 4.3 essa foi a maior contribuição para o crescimento do emprego em Portugal, seguida de Lisboa (0,23%) onde foram os serviços que mais contribuíram para o crescimento da taxa de emprego.

Transversalmente, o sector que mais contribuiu para o crescimento do emprego em Portugal foi a indústria (0,14%), apesar de um contributo negativo em algumas regiões, nomeadamente em Lisboa (-0,13%) e no Norte (-0,12%).

5. Agenda

5.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Mercado Ibérico de Electricidade</p>	<p>Em Conselho de Ministros de 1 de Junho de 2007 foi aprovado o Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, e o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, dando corpo um conjunto de medidas destinadas à implementação de uma nova etapa na concretização e aprofundamento do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL).</p> <p>Este diploma vem clarificar o regime de atribuição de licenças de produção dos centros electroprodutores abrangidos no processo de cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE). No contexto actual de vigência dos CAE, os produtores são titulares de licenças de produção em regime de mercado regulado. Com a cessação antecipada destes contratos, torna-se necessário atribuir novas licenças de produção, mas agora em regime de mercado concorrencial.</p> <p>Estabelece-se, igualmente, um novo regime relativo à aquisição de energia eléctrica pelo comercializador de último recurso (EDP Serviço Universal - fornecedor de energia eléctrica a clientes regulados) e modifica as regras de escoamento da energia produzida nos centros electroprodutores correspondentes aos CAE remanescentes.</p> <p>Estas alterações viabilizam os recentes Acordos entre o Estado Português e o Reino de Espanha com vista à concretização do novo marco do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), através da convergência regulamentar dos dois sistemas eléctricos ibéricos.</p>
<p>Sector Empresarial do Estado</p>	<p>O Conselho de Ministros de 1 de Junho de 2007 aprovou Decreto-Lei que, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 17/2007, de 26 de Abril, altera o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime do sector empresarial do Estado e das empresas públicas.</p> <p>Este novo Decreto-Lei, visa dotar o sector empresarial do Estado de maior racionalidade e eficiência, na sequência da revisão do Código das Sociedades Comerciais e da aprovação do novo Estatuto do Gestor Público.</p> <p>Deste modo, procede-se a um conjunto de alterações, das quais se destacam: (i) reforço dos mecanismos de controlo financeiro e dos deveres especiais de informação das empresas públicas, prevendo-se, nomeadamente, a obrigatoriedade de apresentação pelas empresas dos planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento, bem como a obrigatoriedade de divulgação das remunerações e o modo como são determinadas nos relatórios anuais e no Diário da República; (ii) a definição de orientações de gestão segundo três níveis – orientações estratégicas para todo o sector empresarial do Estado, orientações gerais destinadas a um dado sector de actividade e orientações específicas para cada empresa; (iii) previsão de um modelo de estrutura orgânica que assegure a efectiva separação de funções de administração executiva e de fiscalização.</p>

Iniciativa	Sumário
<p>Pesquisa e Exploração Geológicas</p>	<p>Em Conselho de Ministros de 1 de Junho de 2007 foi aprovado o Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).</p> <p>Este Decreto-Lei visa adequar o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras) à realidade do sector, de modo a possibilitar o equilíbrio entre o progresso económico e as preocupações ambientais.</p> <p>Das alterações introduzidas, destaca-se o restabelecimento do princípio do interlocutor único, a clarificação da intervenção e das competências licenciadoras e fiscalizadoras das diferentes entidades e a criação de instrumentos legais com abordagens técnico-administrativas mais eficazes e de reconhecida sustentabilidade técnica e ambiental, tais como as figuras dos projectos integrados, dos planos trienais e novas regras de licenciamento.</p>
<p>Turismo</p>	<p>No âmbito do PITER (Programa Integrado Turístico de Natureza Estruturante e Base Regional) foi assinado, em 31 de Maio de 2007, o Acordo de Colaboração para apoio a onze projectos de iniciativa pública na Região de Leiria-Fátima, envolvendo um investimento total de 11,6 milhões de euros a que corresponde um incentivo público de 1,5 milhões de euros.</p> <p>Este conjunto de onze projectos enquadra-se na lógica de estruturação do produto Touring Cultural e Paisagístico, através do aproveitamento da riqueza dos recursos naturais e patrimoniais únicos desta zona do país bem como a importância da vertente do Turismo Religioso.</p> <p>Saliente-se ainda que, no quadro de apoio à Região de Leiria-Fátima, quatro outros projectos públicos dos municípios da Nazaré, Pombal e Ourém, receberam já, no âmbito do Programa Piqtur (Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo), incentivos no valor de 2,9 milhões de euros para um investimento de 24,3 milhões de euros.</p> <p>No global o PITER Leiria-Fátima conta com 9 projectos privados e 15 projectos públicos aos quais corresponde um investimento total na ordem dos 151,4 milhões de euros.</p>
<p>Investigação e Inovação</p>	<p>Foi aprovado em Conselho de Ministros de 10 de Maio de 2007 a Proposta de Resolução que aprova o Estatuto do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (LIN), assinado em Badajoz, a 25 de Novembro de 2006, durante a XXII Cimeira Luso-Espanhola.</p> <p>Esta Proposta de Resolução, a submeter à aprovação da Assembleia da República, visa criar o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, define os seus objectivos, a sua orgânica e o seu modo de funcionamento, as disposições sobre matéria financeira, o regime de pessoal, estabelecendo, ainda, a localização, em Braga, da sua sede.</p> <p>A criação do Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia insere-se nos objectivos da política do Estado para promover e acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico, e para reforçar a atracção de cientistas e de capacidades tecnológicas de alto nível.</p>
<p>Reforma dos processos de licenciamento e de planeamento territorial</p>	<p>O Primeiro-Ministro anunciou, em finais de Abril, a reforma dos processos de licenciamento e de planeamento territorial, considerada “central para o dinamismo das actividades económicas, para a competitividade da nossa economia e para o desenvolvimento do País”.</p> <p>O governo pretende promover uma reforma fundamentada em quatro pilares: “revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial”; “revisão do regime jurídico da urbanização e da edificação”; “criação de um</p>

Iniciativa	Sumário
	regime jurídico especial para os Projectos de Interesse Nacional de «Importância Estratégica»; e «revisão dos regimes jurídicos de licenciamento das actividades económicas, em domínios como a indústria, o comércio e o turismo».

5.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<p><i>Convenção Portugal / Angola</i></p> <p>Decreto n.º 7 /2007 - I Série n.º 88, de 8/05</p>	<p>Aprova a Convenção entre Portugal e Angola para a Concessão de Crédito de Ajuda, assinada em Luanda em 5 de Abril de 2006. Esta Convenção tem como objectivo principal reforçar os laços económicos bilaterais, entre os dois países, através da concessão de crédito de ajuda por parte de Portugal para financiamento de projectos integrados no Programa de Investimento Público de Angola, até ao montante de 100 milhões de euros. O apoio a conceder revestirá a forma de bonificação de juros e concessão da garantia do Estado sobre o crédito a conceder a Angola, pelo sector bancário português, nos termos de contrato a celebrar para este efeito.</p>
<p><i>Sistema Eléctrico Independente</i></p> <p>Despacho n.º 8256-A/2007 do Ministério da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 88, de 8/05 (2.º Suplemento)</p>	<p>Determina, em aditamento ao Despacho n.º 7619-A/2007, de 23 de Abril, relativo à instalação de produção de energia eléctrica do regime especial, que serão aceites pedidos de informação prévia, no período que decorre de 1 a 15 de Maio de 2007, relativos a projectos de co-geração de dimensão superior a 25 MW eléctricos, associados a projectos com montantes mínimos de novos investimentos de 100 milhões de euros.</p>
<p><i>Actividade Industrial - Modelo do Pedido de Instalação / Alteração</i></p> <p>Portaria n.º 584/2007 - I Série n.º 89, de 09/05</p>	<p>Define os termos de apresentação dos pedidos de instalação ou de alteração dos estabelecimentos industriais dos tipos 1, 2 e 3, e aprova o respectivo modelo. Esta Portaria entra em vigor a 10 de Maio de 2007 e revoga a Portaria n.º 473/2003, de 11 de Junho.</p>
<p><i>Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial</i></p> <p>Decreto Regulamentar n.º 61/2007 - I Série n.º 89, de 9/05</p>	<p>Altera o Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial, no sentido de o adequar à nova disposição que dispensa os estabelecimentos do tipo 4 do licenciamento prévio obrigatório da sua instalação ou alteração, passando a vigorar um regime de declaração prévia ao exercício da actividade industrial. Tendo por objectivo a criação de postos de trabalho, sem obrigar os estabelecimentos industriais do tipo 4 a mudar de regime, introduz-se uma disposição que permite que os mesmos possam aumentar o número de trabalhadores até ao máximo de 10, desde que cumpram a legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e ambiente. Regulamentam-se os procedimentos a adoptar no âmbito dos pedidos de exclusão da sujeição ao regime da licença ambiental (Decreto-Lei n.º 194/2000, de 21 de Agosto). O presente diploma altera o Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de Abril, que é objecto de republicação, e entra em vigor a 10 de Maio de 2007.</p>
<p><i>Actividade Indústria</i></p> <p>Portaria n.º 583/2007 - I Série n.º 89, de 09/05</p>	<p>Estabelece as regras de cálculo e actualização das taxas devidas pelo exercício da actividade industrial. Na sequência das alterações das regras disciplinadoras da actividade industrial deixaram de estar sujeitos a taxa os actos de aprovação de projecto de instalação ou de alteração e averbamentos dos estabelecimentos industriais do tipo 4. Por outro lado, o acto de apreciação de pedidos de licença ambiental passou a estar sujeito a taxa, aplicando-se a presente Portaria aos pedidos de emissão, alteração, renovação e actualização de licença ambiental que se encontrem pendentes à data da sua entrada em vigor, ou seja, a 10 de Maio de 2007. Neste âmbito recorda-se que termina a 30 de Outubro de 2007, o prazo legal para obtenção da licença ambiental por parte das instalações industriais já existentes. É revogada a Portaria n.º 470/2003, de 11 de Junho.</p>
<p><i>Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida 2007 – 2013</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2007 - I Série n.º 89, de 9/05</p>	<p>Cria a estrutura de missão Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida e designa os Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior como as autoridades nacionais de referência para a execução descentralizada e gestão deste Programa, para o período 2007-2013. Esta entidade sucede, assim, à Agência Nacional para os Programas Comunitários Sócrates e Leonardo da Vinci. O presente Programa vem dar sequência à segunda geração de programas comunitários na área da educação e da formação configurando-se como uma intervenção integrada, que abarca todo o ciclo de vida do cidadão europeu. No sentido de corresponder às especificidades dos</p>

Assunto Diploma	Sumário
	sectores escolar, do ensino superior, da formação profissional e da educação de adultos, o Programa desdobra-se em quatro subprogramas sectoriais base - Comenius, Erasmus, Leonardo da Vinci e Grundtvig e o programa Jean Monnet relativo ao ensino e à investigação no domínio dos estudos sobre a integração europeia. Os encargos orçamentais decorrentes da presente Resolução são suportados por transferências da União Europeia e por dotações provenientes do Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como dos Ministérios intervenientes nesta estrutura. Com esta Resolução pretende implementar-se o disposto na Decisão n.º 2006/1720/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Novembro. São revogadas as Resoluções do Conselho de Ministros n.º 77/200, de 8 de Junho e 123/2002, de 12 de Setembro.
<p><i>Licenciamento Industrial - Estabelecimentos Tipo 4</i></p> <p>Decreto - Lei n.º 183/2007 - I Série n.º 89, de 09/05</p>	<p>Altera os Decretos-Leis n.os 69/2003, de 10 de Abril, e 194/2000, de 21 de Agosto, substituindo o regime de licenciamento prévio obrigatório dos estabelecimentos industriais de menor perigosidade, incluídos no regime 4, por um regime de declaração prévia ao exercício da actividade industrial Visando simplificar o licenciamento dos estabelecimentos industriais do regime 4 (categoria de menor risco potencial), estabelecendo-se novas normas disciplinadoras do exercício da actividade industrial com o objectivo de reduzir encargos e prazos. Este tipo de estabelecimentos industriais estão agora dispensados do licenciamento prévio da instalação ou alteração e da apresentação do respectivo projecto. Assim, o industrial deverá apresentar, juntamente com o pedido de autorização da localização, uma declaração prévia em como se compromete a cumprir toda a legislação aplicável, designadamente em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e ambiente. Consagra-se também a possibilidade de pedido de exclusão da sujeição à licença ambiental e consequentemente do regime de prevenção e controlo integrados da poluição e respectivos procedimentos de verificação e controlo. O presente diploma entra em vigor a 10 de Maio de 2007 e aplica-se aos processos de licenciamento em curso.</p>
<p><i>Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME</i></p> <p>Despacho n.º 8375/2007 dos Ministérios das Finanças e da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 90, de 10/05</p>	<p>Aprova, na sequência dos ajustamentos introduzidos na regra de constituição e funcionamento dos Fundos de Sindicação de Capital de Risco pelo Decreto-Lei n.º 13/2007, de 19 de Janeiro, o novo Regulamento do Fundo de Sindicação do Capital de Risco PME - IAPMEI. Revoga o Despacho conjunto n.º 196/2003, de 22 de Fevereiro.</p>
<p><i>Justiça - Actos a Praticar em Suporte Informático</i></p> <p>Portaria n.º 593/2007 - I Série n.º 92, de 14/05</p>	<p>Define os tipos de assinatura electrónica e os sistemas informáticos que permitem aos magistrados e oficiais de justiça praticar actos processuais em suporte informático sem necessidade de proceder à assinatura de documentos no processo em suporte papel. Para este efeito deverão ser usados os sistemas informáticos CITIUS e HABILUS, mediante a utilização de assinatura electrónica. A presente portaria entra em vigor a 15 de Maio de 2007 mas produz efeitos desde 20 de Abril de 2007.</p>
<p><i>Programa de Intervenção do Turismo – PIT- Grandes Projectos</i></p> <p>Despacho Normativo n.º 20/2007 - do Ministério da Economia e da Inovação - II Série - Parte C n.º 92, de 14/05</p>	<p>Aprova o Programa de Intervenção do Turismo (PIT) para o período de 2007 a 2009. Com o objectivo de incentivar as intervenções de interesse público que visem a qualificação da oferta em complemento do investimento empresarial e estimular as opções de investimento público na actividade de organização e divulgação de eventos que contribuam para a divulgação da imagem de Portugal como destino turístico. O PIT estrutura-se em duas linhas de apoio. A Linha de Apoio I para o Território, Destinos e Produtos Turísticos, e a Linha de Apoio II para Eventos para a Projecção do Destino Portugal. Pelo presente Despacho são aprovados os Regulamentos de execução de cada uma das Linhas de Apoio referidas, sendo também determinado que serão aceites candidaturas até 2009 para a Linha de Apoio I e até 2008 para a Linha de Apoio II. O PIT tem uma dotação orçamental que ascende a 100 000 000 € a distribuir pelos três anos de execução. Para 2007, as dotações previstas são, respectivamente, de 25 000 000 € e de 6 000 000, para a Linha de Apoio I e para a Linha de Apoio II. Para os anos seguintes as dotações serão fixadas por despacho do Secretário de Estado do Tesouro. O presente diploma entra em vigor a 15 de Maio de 2007.</p>
<p><i>Apoios à Indústria Açucareira</i></p> <p>Despacho Normativo n.º 22/2007 do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas - II Série n.º 95 - Parte C, de 17/05</p>	<p>Estabelece as normas adicionais complementares ao Regulamento CE n.º 320/2006, do Conselho, e ao Regulamento CE n.º 968/2006, da Comissão, que estabelecem um regime temporário de reestruturação da indústria açucareira na Comunidade. O montante global disponibilizado para Portugal pela União Europeia é de 24,4 milhões de euros, durante as quatro campanhas de comercialização de 2006-2007 a 2009-2010. Assim, o presente Despacho estabelece as normas nacionais necessárias à execução do regime comunitário da ajuda atribuída às refinarias a tempo inteiro. O pedido de ajuda deve ser apresentado no prazo de 10 dias junto do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas.</p>

Assunto Diploma	Sumário
<p><i>Sector Eléctrico - Cessação Antecipada de Contratos</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 199/2007 - I Série n.º 96, de 18/05</p>	<p>Altera o regime aplicável à cessação antecipada dos Contratos de Aquisição de Electricidade (CAE), de modo a harmonizar o respectivo regime com a evolução verificada nos mercados energéticos nos últimos anos. Com este diploma é alterado o Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro, e revogado o n.º 4 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto (este último diploma desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do sistema eléctrico nacional (SEN)).</p>
<p><i>Centros Novas Oportunidades – RVCC</i></p> <p>Despacho n.º 9937/2007 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - II Série Parte C n.º 103, de 20/05</p>	<p>Regula, no âmbito do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências desenvolvido nos Centros Novas Oportunidades, as acções de formação de curta duração dirigidas a adultos.</p>
<p><i>Energias Renováveis</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 225/2007 - I Série n.º 105, de 31/05</p>	<p>Concretiza um conjunto de medidas ligadas às energias renováveis previstas na Estratégia Nacional para a Energia (Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro), visando facilitar e agilizar o licenciamento deste tipo de energias. Neste sentido, pelo presente diploma são ajustados os critérios de remuneração de electricidade para centrais a biogás e para tecnologias inovadoras a partir da energia solar, e criadas condições de previsibilidade para os concursos de atribuição de potência. Viabiliza-se também a instalação de sobre-equipamento nas centrais eólicas com licença ou em licenciamento, mediante contrapartida de modernização dos aerogeradores instalados e de desconto na tarifa. Ao optar-se pela utilização das infra-estruturas existentes, minimizam-se os impactes ambientais e os tempos de licenciamento e de construção. Com o objectivo de acompanhar e monitorizar a instalação e o funcionamento dos centros electroprodutores que utilizem fontes de energia renováveis, é criado o Observatório das Energias Renováveis. O presente diploma entra em vigor a 1 de Junho de 2007.</p>
<p><i>Privatização da REN - Redes Energéticas Nacionais</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2007 - I Série n.º 106, de 1/06</p>	<p>Concretiza uma série de condições para realização da 1.ª fase de reprivatização de acções representativas do capital social da Redes Energéticas Nacionais, S.A. (REN), mediante a realização de uma ou mais das seguintes modalidades que no seu total não excedam 101 460 000 acções, representativas de uma percentagem de 19% do capital social da empresa: (i) oferta pública de venda no mercado nacional (OPV), que tem carácter obrigatório, e (ii) venda directa a um conjunto de instituições financeiras, que ficam obrigadas a proceder à subsequente dispersão das acções. Nas condições agora estabelecidas tratam-se questões relativas à quantidade de acções a adquirir pelos trabalhadores, pelos pequenos subscritores e emigrantes, e pelo público em geral. É também abordado o desconto no preço de venda para os trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes, a existência de dois períodos distintos na OPV, e o caderno de encargos da venda directa. As restantes condições da privatização serão fixadas posteriormente através de nova resolução do Conselho de Ministros.</p>

5.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
Transport, Telecommunications and Energy Council	Luxemburgo	6 a 8 de Junho de 2007
Cimeira de Chefes de Estado e Governo da UE	UE	21 e 22
LA BAULE World Investment Conference	Europe + Foundation	28 e 29
Portugal assume Presidência Europeia da UE	UE	1
Reunião Informal de Ministros da Competitividade (Lisboa/Pav. Atlântico)	Pr PT	19 a 21
Seminário sobre Fontes de Energia Renováveis - Burden Sharing (Lisboa/Pav. Atlântico)	Pr PT	26 e 27
Gaining from Migration	Comissão Europeia	Julho/Agosto